

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



O PROCESSO DE ADOÇÃO EM CRIANÇAS ADOPTADAS TARDIAMENTE

Ana Isabel Marreiros Relvinhas

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Aplicada

Especialidade em Clínica

2008

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

O PROCESSO DE ADOPÇÃO EM CRIANÇAS ADOPTADAS TARDIAMENTE

Ana Isabel Marreiros Relvinhas

Dissertação orientada Professor Doutor Eduardo Sá

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Aplicada

Especialidade em Clínica

2008

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação do
Professor Doutor Eduardo Sá, apresentada no Instituto
Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de
Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme
O despacho da DGES, n.º 19673/2006 publicado em Diário
Da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006

Agradecimentos

Agradeço a todas as famílias que se disponibilizaram para colaborar com este estudo, pois sem elas não seria possível a sua concretização.

Aos meus pais e à minha irmã pelo apoio e pertença e por acreditarem que seria capaz de concretizar este sonho.

À Inês, à Ana e à Renata pela disponibilidade e auxílio.

À Dra Fernanda Salvaterra, coordenadora do Serviço de Adopções, pela disponibilidade, simpatia e ajuda.

Ao Professor Eduardo Sá pelo reforço, incentivo ao longo de todo o Seminário e por me ajudar a acreditar.

E a todos aqueles que de forma directa ou indirecta, estiveram e estão comigo na Vida e fazem parte daquilo a que chamo o meu Pequeno Mundo e que tenho muito prazer de os chamar de Amigos e Amigas.

Obrigado por me acompanharem!

Resumo:

O objectivo deste estudo exploratório é o compreender a construção dos laços de vinculação entre a criança e a família adoptiva, conseqüentemente, aceder aos processos implicados no processo de adopção, especialmente da perspectiva da criança, aprofundando as suas dificuldades e de como vivencia todo este processo.

Foram seleccionadas três crianças com um passado de maus tratos e que foram adoptadas tardiamente, por famílias mono e biparentais. Presentemente, têm entre os sete e os nove anos de idade, tendo em conta o primeiro patamar importante da construção da identidade que é o período da latência.

A cada criança foram aplicadas duas provas de cariz projectivo.

Verificaram-se diferentes efeitos das perdas das figuras parentais e da vivência em instituição nestas crianças, e diferentes comportamentos. Comumente, sentem a mesma necessidade de pertença a uma família.

Concluindo, o estabelecimento de uma segunda vinculação é um processo moroso, devida à dificuldade destas crianças em confiar nas figuras que já as abandonaram no passado, mas pode-se constatar que é possível reparar as falhas do passado e promover um desenvolvimento harmonioso a crianças desprovidas de um ambiente securizante. A construção dos laços identificatórios e de vinculação dependem da qualidade dos laços afectivos que estabelecem com a família.

Palavras-Chave: Adopção; Vinculação; Relações Familiares

Abstract

The objective of this exploratory study is to understand the construction of the bonds of entailing between the child and the adoptive family, consequently, to accede to the processes implied in the adoption process, especially of the perspective of the child, going deep its difficulties and of as it lives deeply all this process.

Three children with a past of maltreatment had been selected and that they had been adoptees delayed, for mono and biparental families.

Presently, they have between seven and nine years of age, having in account the first important platform of the construction of the identity that is the period of the latency.

To each child two tests of projective look had been applied.

Different effect of the losses of the parental figures and the experience in institution in these children, and different behaviors had been verified. Commonly, they feel the same necessity of belongs to a family.

Concluding, the establishment of one second entailing is a weak process, had to the difficulty of these children in trusting the figures that already had abandoned them in the past, but can be evidenced that it is possible to repair the imperfections of the past and to promote a development harmonious the children unprovided of a securizante environment. The construction of the identifying bonds and entailing depends on the quality of the affective bonds that establish with the family.

Word-Key: Adoption; Entailing; Family relations

Índice

Introdução.....	1
Revisão de literatura	
1.Família, Pais e Filhos	
1.1 O Sistema Familiar.....	2
1.2 O Nascimento da Família.....	6
1.3 O Romance Familiar.....	9
1.4 As Relações Familiares.....	12
2. Adopção	
2.1 O Processo e a sua Resenha Histórica.....	13
2.2 Avaliação e Seleção dos Candidatos a Adoptantes.....	15
2.3 A criança em Processo de Adoptabilidade.....	16
2.4 A Esterilidade e o desejo de Adoptar.....	17
2.5 O Bebê Imaginário na Adopção.....	20
2.6 O Período de Pré-Adopção.....	22
3. Metodologia	
3.1 Objectivo do Estudo.....	23
3.2 Caracterização da Amostra.....	23
3.3 Procedimentos.....	24
3.4 Descrição dos instrumentos	
3.4.1 Entrevista Clínica.....	24
3.4.2 Teste “Era uma vez...”.....	25
3.4.3 Teste das Relações Familiares.....	27
4. Apresentação e Análise dos Casos.....	30
5. Discussão e Análise dos Resultados.....	52
6. Conclusão.....	58
7. Referências Bibliográficas.....	63

Introdução

O tema desta tese centra-se no processo de adaptação da criança adoptada tardiamente à sua nova família.

Trata-se de um estudo exploratório que permitirá compreender como a criança se adaptou à sua nova família e vice-versa. Neste sentido, o objectivo principal desta investigação prende-se com o estudo a nível individual de cada criança, permitindo compreender como foi a perda, a vivência com as figuras parentais das quais quebrou laços e, por outro lado, a sua experiência e adaptação em casas de acolhimento e de que forma desenvolveram a sua capacidade afectiva e de estabelecimento de novas ligações afectivas com uma nova família, a família adoptiva.

A adopção representa uma resposta necessária a crianças com um passado, caracteristicamente pautado por privações e abandonos que comprometem o seu desenvolvimento saudável, quer a nível físico, psicológico ou emocional.

Pretende-se neste estudo, fazer um percurso de três crianças e inerentes a elas, os variados aspectos que considerámos importantes para a compreensão do processo de Adopção.

Considera-se que uma criança adoptada com necessidades especiais, como é exemplo as crianças adoptadas tardiamente, a sua adaptação à família é sempre mais difícil do que se tratasse de um bebé. Uma vez que já passou por experiências maltratantes que comprometeram um desenvolvimento saudável. Para além disso, os pais necessitam de uma maior disponibilidade para dar resposta a uma criança com estas características.

Neste sentido, interessa compreender a influências destas variáveis na construção dos laços vinculatorios entre a criança adoptada tardiamente e a sua nova família.

1. Família, Pais e Filhos

1.1 O Sistema Familiar

O lugar que a criança ocupa na família ocorre através do imaginário parental e da forma como a criança se molda a esse imaginário, apercebendo-se das suas competências do possível ou impossível trabalho psíquico realizado com os pais onde irá ocorrer uma reorganização fantasmática. As motivações e as expressões são diferentes tanto no pai como na mãe, levando de forma diferente ao desejo da criança e as quais são conscientes e que dissimulam as disposições pré-conscientes ou inconscientes aos futuros. A criança tem de descobrir o seu lugar na dinâmica psíquica do indivíduo, do casal e da família (Andolfi, 2005).

Através da análise do sistema de interação familiar irá surgir a relação entre o comportamento individual e o grupo familiar, onde a família é um todo orgânico e onde os vários componentes individuais se desenvolvem e se articulam. Ao nível da pesquisa sistémica, a estrutura interna de cada indivíduo torna-se irrelevante. Assim, é importante referir que cada organismo é um sistema levando a uma ordem dinâmica coexistindo interações recíprocas, de forma oposta, aparece a família como um sistema aberto representado por todas as unidades ligadas e que segue regras de comportamento e funções dinâmicas em constante interação interna e externa, sendo assim, é um sistema entre sistemas, sobressaindo as relações interpessoais e a sua exploração, regulando as normas das famílias a que cada indivíduo pertence para que se compreenda o comportamento dos membros e para a formulação de intervenções eficazes (Andolfi, 1981).

Contudo, antes de considerarmos a família como algo importante, os seres humanos individuais e na sua complexidade dos seus comportamentos, demonstra uma maior importância para entendermos o seu desenvolvimento na família. Existe então necessidades individuais e exigências sociais através de uma ligação fundamental, na qual podemos interpretar de diversas formas o comportamento humano.

A família é um sistema relacional muito mais que o indivíduo articulando as várias componentes individuais entre os seus membros. Deste modo, é utilizado o método relacional para uma melhor compreensão do comportamento humano e do seu ciclo evolutivo e é fundamental perceber a visão dinâmica do indivíduo no contexto familiar (Adolfi & Col., 1989)

Segundo Andolfi e colaboradores (1989), aparece então, a família, como um sistema activo em constante transformação, um organismo onde a complexidade se baseia e se altera com o passar do tempo para uma continuidade e crescimento psicossocial dos membros da família. Demonstra-se como um processo de continuidade e de crescimento, levando ao desenvolvimento da família, tanto como uma unidade e como assegurando a diferenciação dos seus membros. A necessidade desta diferenciação, ou seja, de autoexpressão individual prende-se com uma necessidade de coesão e de assegurar a unidade, ao longo do tempo, dentro de cada grupo familiar. Assim, cada indivíduo está inserido num grupo familiar que garanta a coesão e, ao mesmo tempo que lhe permita se diferenciar, progressiva e individualmente, levando cada vez mais à sua independência, até poder separar-se e constituir, com funções diferentes, um novo sistema, onde vários autores defendem que esta progressão gradual se desenvolve de um estado de fusão/indiferenciação para um estado de separação e individuação que é cada vez maior, para Mahler (1952) este processo é determinado pelos estímulos biológicos e pela interacção psicológica mãe-filho, mas se deve também aos processos interactivos existentes no interior do sistema familiar.

A autonomia individual em cada membro da família caracteriza-se pela relação triangular entre os pais e a criança, onde cada um constitui o ponto de referência externa para que seja possível a transacção entre as outras duas partes. Numa relação dual, não pode ocorrer diferenciação se nenhuma das partes estabelecer uma relação com uma terceira pessoa. Assim, são formados triângulos reflectidos nas relações íntimas e estes triângulos são formados ou excluídos pelas coisas positivas e negativas que cada família experimenta. A estrutura da unidade sistémica é moldada através das relações e de novas formulações e adaptações, dependendo das diferentes necessidades, relativamente à mudança de cada membro ou do sistema como um todo (Adolfi & Col., 1989).

Segundo Andolfi e colaboradores (1989), para ser atingida a diferenciação, cada indivíduo, através da relação de troca com outras pessoas cresce e define-se, formando uma identidade que pode ser fortalecida através da aprendizagem de novas formas de relação, variando as funções que ele exerce dentro de cada sub-sistema sem perder, no entanto, a sua continuidade assim como com a evolução dos diferentes protagonistas. Este processo de separação e individuação requer que a família, ao longo do tempo, tenha algumas fases de desorganização, fases de instabilidade, onde a confusão e a incerteza, levam a um novo equilíbrio

funcional, o qual só é possível se a família possuir a tolerância em relação à capacidade de diferenciação dos seus membros. Assim, o sistema é capaz de se adaptar às novas mudanças e permite o desenvolvimento das relações, tal como as mudanças nas funções de um membro do sistema leva também a uma mudança das funções dos outros membros, sendo assim um processo de crescimento individual como a reorganização contínua do sistema familiar, ao longo do seu ciclo de vida.

Quando as regras de associação e comunicação, dentro do sistema familiar, não ocorrerem poderá impedir a individuação e a autonomia de cada membro, ou seja, há uma incapacidade de alterar funções durante um período de tempo, isto é, cada membro tem apenas a possibilidade de viver como uma função dos outros, encarando a dificuldade de afirmação e de reconhecer a identidade individual, bem como a dos restantes membros e, assim cada membro sente-se forçado a ser o que o sistema impõe (Adolfi & Col., 1989).

Por outro lado, Adolfi e colaboradores (1989), defende que se pré-existirem expectativas específicas sobre o papel de cada um, a individuação terá fortes obstáculos. Existe um desequilíbrio entre o desempenho exigido e a imaturidade emocional da criança, levando a um comportamento onde existe recitação vazia. Quando são apresentadas a estas crianças exigências contraditórias, para se comportarem como adultos, a indiferenciação é difícil. Neste sentido, a diferenciação é mais difícil de ocorrer nas áreas de conflito nas exigências, pois são altamente inadequadas para o nível de maturidade do indivíduo.

A função da criança onde os comportamentos satisfazem necessidades recíprocas, dentro da relação, pode ser vista como positiva ou negativa, dependendo do tipo de família, por um lado, as que estimulam a coesão familiar com a individuação dos membros da família, onde cada pessoa se diferencia, se apresenta estável em relação a si e aos outros, compartilhando o seu espaço pessoal com os restantes membros. Pelo contrário, a função tem uma conotação negativa, se a família apresentar rigidez quando contradiz as funções biológicas de cada elemento, provocando uma alienação progressiva do indivíduo mais envolvido, danificando o seu “self” e o seu espaço pessoal. No entanto, se este processo for irreversível, rígido e indiferenciado resulta numa situação patológica, onde existe a falta de limites interpessoais claros e possibilita, livremente, iniciar uma relação íntima ou libertar-se.

Existe então a manutenção entre uma distância segura e um envolvimento numa relação de fusão que existem nos sistemas familiares e onde o espaço pessoal não pode ser confundido

com o espaço interactivo e onde o indivíduo, com a função que exerce, existe por si e existe como uma função do outro. A necessidade de existir uma função recíproca, leva aos limites progressivamente, mais indefinidos com o espaço pessoal, constantemente, a confundir-se com o espaço interactivo familiar. Individualmente, impõe-se não só a autoindiferenciação mas existe o medo de que a outra pessoa possa criar a sua autonomia antes que cada um. Em alguns casos, a definição clara nalguns membros antes de outros, relativamente à sua independência, onde são vistos como traidores (Adolfi & Col., 1989). Neste sentido, quando seleccionados novos componentes do sistema, apenas os que garantem a não perturbação no que anteriormente foi estipulado e aprendido, não são excluídos.

Posto isto, o conceito de família ressalta como um sistema em constante mudança e o qual evolui devido à capacidade inerente de diminuir a sua própria estabilidade e recuperá-la, por outro lado, através da reorganização da sua estrutura com as novas bases.

Segundo o autor Adolfi (2005), podemos distinguir três ordens de parentalidade, a ordem Tecnocrática, a ordem Capitalista e a ordem Simbólica, em que cada um existe um eixo relacional, embora estas três estejam interdependentes.

A ordem Tecnocrática relaciona-se com a educação de uma criança e nesta a ciência que representa relaciona-se com a etologia humana, a puericultura. O bebé real que o adulto se confronta numa situação interactiva e que leva a uma relação diádica através da relação mãe-criança e onde existe o “fantasma de sedução” e onde se coloca uma questão “Serei capaz de tratar desta criança?”.

A ordem Capitalista está relacionada com o desejo/necessidade de ter uma criança e a ciência que ressalta é a ginecologia-obstetrícia, incluindo as técnicas de reprodução artificial. Deparamo-nos com um bebé fantasmático com o qual o adulto se confronta, pois o bebé irá ocupar o lugar na neurose edipiana de cada um no seio de uma relação triangular sincrónica e cujo protótipo é a relação pai-mãe-filho. O medo que está relacionado com esta ordem é o “fantasma da cena primitiva” relacionado com a questão “Poderei ter um filho?”, inconscientemente, relaciona-se com a questão “Serei capaz de ocupar o lugar do meu pai/da minha mãe no quarto parental?”.

A ordem Simbólica significa ser pai e a sua ciência inerente está relacionada com a etnologia e a religião e nesta ordem, existe uma criança imaginária que os pais querem inserir na história familiar e, por isso, no seio de uma relação triangular diacrónica transgeracional onde

existe a relação entre avós-pais.criança. O medo que está inerente relaciona-se com o “mito das origens” onde a questão se relaciona “Em que se tornará ele/ela?” e que a criança irá pensar e questionar-se acerca “Donde venho?”.

Ressalta ainda referir que as observações precedentes pretendem mostrar a complexidade parental. Através da adopção, das inserções em instituições ou em famílias de acolhimento e das técnicas de reprodução artificial, podemos observar essa disjunção entre o facto de se ter um filho, de se educar um filho ou de se ser pai. A família desempenha então um papel fundamental ao nível do desenvolvimento normal e no aparecimento de condições psicopatológicas.

1.2 O Nascimento da Família

A sociedade actual defende os direitos das crianças e a forma como são tratadas são as melhores comparadas com antigamente, contudo, algumas pessoas acreditam que hoje em dia, as crianças são mais maltratadas nesse sentido. Com a evolução da sociedade foi-se adaptando uma ética no estabelecimento das relações com as crianças, onde cada vez mais são valorizados os sinais, exteriormente, demonstrados, pois a vida tanto nos dá experiências de dor como de felicidade. Actualmente, damos muito mais importância a sinais dolorosos aos quais tentamos fugir e os quais nos deixam como pessoas vazias. A necessidade de os indivíduos serem pais é, claramente, um factor que implica cada um de nós e através dos filhos, os pais adquirem novas experiências, novas emoções e se vêem como eternos. Através dos filhos os pais acabam por identificar todo o seu passado trazendo-lhes recordações, felicidade e, por último, acabam por dar uma proximidade de cada pessoa em si, por outro lado, permitem o aparecer da “megalomania infantil” todo um envolvimento que está na base das relações, e através desta os pais acabam por afirmar e reconhecer as suas fragilidades (Sá & Cunha, 1996).

Para as crianças, os pais aparecem de forma insubstituível e os quais ajudam a compreender, a interiorizar e a crescer tanto nos sentimentos negativos como nos positivos e o equilibrar de ambos. Assim sendo, “o interior de cada um de nós não é o espaço da intimidade porque, em verdade, só o interior de uma relação cria a intimidade e só se ele existir é que nos poderemos descobrir... e pensar” (Op. Cit. Sá & Cunha, 1996).

No abandono de uma criança existe sempre duas situações, por um lado, quando o deixamos e, por outro lado quando o mimamos demais. O sentimento de abandono vivido e

sentido de uma forma grandiosa, torna as pessoas abandonantes, afastando os outros o que nos faz sentir várias coisas, entre elas raiva, desespero, a ternura ao máximo, representando tudo o que queremos que não exista em nós (Sá & Cunha, 1996).

Assim, as crianças, em situação de abandono, sentem isso através de várias formas, como insónias, a perda de apetite, levando à reacção quando percebem, nos pais, alguns sinais de tristeza e cansaço. Crianças com mais idade, neste processo de abandono, acabam por guardar para si peculiarmente, todos os momentos anteriores ao momento do abandono. Algumas destas crianças podem tornar estes sentimentos mais suaves se encontrarem uma relação materna e uma empatia, levando à criação de um romance familiar onde os pais renascem, começando uma vida a partir do dia da adopção (Sá & Cunha, 1996).

Por outro lado, Sá & Cunha (1996) referem que uma criança que não se sinta pertencente à nova família manifesta-se de forma bem educada para se mostrar pacífico na adopção com os pais, contudo isso manifesta que estas crianças ainda não estão vinculadas a esta nova família. Se as crianças se sentem já parte da nova família, irão proceder naturalmente e confidenciam os comentários que houve acerca de não ser filho dos seus novos pais. Para todos os casos a revelação dos pais é o mais importante, os quais têm um papel muito importante e decisivo nesta situação (Salvaterra, 1996/97; Sá & Cunha, 1996).

As crianças para adopção têm algumas afinidades com as crianças ditas normais não sendo, por isso, uma generalidade. Nesse sentido as afinidades vão ao encontro de que não há pais perfeitos, mostrando alguma prematuridade e as desigualdades destas duas situações, em que as crianças estão inseridas, têm a ver, por um lado, pela experiência de privação e de abandono desde qualquer idade para as crianças de adopção, levando, às vezes, a um crescimento repentino, tentando recuperar o que perderam. As crianças em processo de adoptabilidade dão mais importância à empatia e proximidade criada pelas pessoas que visitam as instituições onde estas se encontram como um motivo de esperança, combatendo as experiências anteriores de abandono. Por vezes, podem mostrar alguma agressividade e que está relacionada com uma expressão de si mesmas e dos seus ressentimentos pois sentem-se presas e abandonadas (Sá & Cunha, 1996).

A adopção, assim tanto pelas crianças como pelos pais, deve ser feita o mais cedo possível. Neste processo, o tempo e a mutualidade de ambas as partes levam, então, à adopção, o que não é um processo simples e que acarreta o trauma da impossibilidade dos pais poderem

vivenciar uma paternidade biológica. Geralmente, no processo de adoção a criança é associada ao luto pela criança imaginária, guardando o seu espaço dentro dos pais, como um sonho tornado em realidade (Sá & Cunha, 1996).

Por outro lado, para a criança, a sensação de ter de adoptar os novos pais não é simples, pois tem de manifestar comportamentos agradáveis e cuidadosos para com estes e, só depois, se sentir na relação podem surgir alguns sentimentos negativos vivenciados pelo abandono, relacionando os novos pais como os pais de verdade; sendo assim, um processo de reparação. Por outro lado, existe um medo inquietante de que os novos pais se possam tornar iguais aos outros pais, necessitando, por isso, nesta nova família uma relação reparadora em relação às mágoas passadas e que as ajude a ultrapassar (Sá & Cunha, 1996).

O confronto com algumas dúvidas feitas pelas crianças aos seus pais adoptivos, nomeadamente, em relação ao processo de adoção e ao seu arrependimento ou não são indícios de que começam a ser pais de verdade, assim como, no toque, no colo e nas zangas que estão inerentes na relação. Assim, nem todas as crianças em adoção garantem grandes problemas relacionados com os processos de filiação. Pois, as crianças que passem por sentimentos de sofrimento, ficam magoadas e ressentidas, manifestando vários comportamentos negativos os quais têm de ser elaboradas na relação com os novos pais, pois as relações à margem dos conflitos podem ser destrutivas, magoando-se, por dentro, influenciando a indisponibilidade para amar (Sá & Cunha, 1996).

1.3 O Romance Familiar

Perante a possibilidade de um processo de adoção o que, geralmente, se manifesta é a oportunidade de uma relação, entre adoptantes e adoptados, que se aproxime da que existe na filiação natural. Na relação parental biológica denota-se, ao nível da relação familiar de adoção, também uma dependência cromossómica articulando-se uma vertente psicológica ao nível histórico, pessoal e íntima de cada pai unidos, intimamente, de uma forma que nos parece inseparável mas que se pode separar em algumas situações (Diniz, 1997).

Denota-se, por isso, uma rejeição para com o filho, um abandono que, por vezes, acaba por não ser concretizado devido à incompatibilidade com os seus princípios morais, levando à

vivência com este de uma relação frustrante e de conflito, para além disso, denota-se ainda que, a agressividade, subtilmente, arranja formas de ser desviada através da satisfação (Diniz, 1997).

Uma situação diferente da referida anteriormente, é a ocorrida num casal estéril que deseja filhos. Nesta relação a vivência psicológica não se actualiza devido à incapacidade de procriação; no entanto, a nível afectivo onde se denotam fantasias e desejos, é evidente uma suspensão, pois há uma contínua espera de um objecto a que possa ligar-se e o qual possa ser vivenciado na relação com uma criança se algumas condições se verificarem mesmo que a criança seja filha de outros pais biológicos. Um “não filho” mesmo não sendo biológico é desejado e sentido como um filho psicologicamente, isto é a adopção psicológica. Assim sendo, é feita uma projecção sobre esta criança através dos conteúdos psicológicos individuais que levaram e organizaram o desejo do filho (Diniz, 1997).

A adopção significa, para além disto, a nível psicológico, a integração na história pessoal de cada um dos pares, podendo referir em alguns casos o desejo de mudar o nome próprio do adoptando, este sentimento pode surgir através da adopção psicológica, ou seja, existe um remediar de uma ausência a qual é ultrapassada e pondo para lá, em certo sentido, os próprios limites impostos pela cronologia, visto que, inicialmente era um “não filho” e que, mais tarde, poderá ser visto como “o filho” que sempre o casal desejou ter (Diniz, 1997).

Em seguimento, é oportuno referir que para compreendermos o que atrás foi referido teremos de apontar o “romance familiar” de S. Freud (1996). Nesta visão todos os povos civilizados com alguma importância transmitiram através de lendas e obras literárias importantes, as tradições referentes às suas origens, glorificando os seus heróis nacionais onde a história destes desde o seu nascimento e até da sua juventude apresentam características semelhantes mesmo em povos com culturas diferentes e afastados uns dos outros (Diniz, 1997).

Na construção destes mitos onde o nascimento do herói é feito através da fantasia e sempre segundo o mesmo esquema, pois é usada como defesa contra um problema apresentado em todos os homens de igual forma, representando, por isso, como que o positivo de um conflito, mais ou menos inconsciente, mas que é negativo (Diniz, 1997).

O romance familiar clarifica-nos tanto o papel como a função destas fantasias e de um elemento da vida fantasmática do Homem, o qual tem um papel importante na ligação entre as pulsões e as representações mentais. O indivíduo em crescimento e que tenta emancipar-se concretamente à autoridade estabelecida pelos pais é para este autor uma das realizações

decisivas que tem de conseguir, porém, não está livre de dificuldades nem de conflitos. Inicialmente, temos o primeiro tempo do romance familiar onde os pais, para a criança, são a autoridade e a fé levando ao desejo acrítico de crescimento da criança para ser como os pais (Diniz, 1997).

Depois surge como segundo tempo do romance familiar, o momento da desidealização onde há uma visão dos pais mais objectiva através do desenvolvimento intelectual, levando a uma ideia destes diferente da inicialmente atribuída de seres únicos e incomparáveis. Para além disto, criam críticas mais agressivas, a incongruência com frustrações inevitáveis e relativas ao processo educativo e evolutivo; neste sentido existe o conhecimento de outras famílias e o qual pode levar a ideia da preferência por outros pais, pois estes são melhores. Por vezes, pode surgir também a sensação, por parte do filho, de que o amor não é devidamente retribuído pelos pais, levando este, fantasmaticamente, procurar uma explicação, nomeadamente, que é um filho legítimo ou adoptado (Diniz, 1997).

A consciencialização da existência de relações sexuais leva à diversificação do romance familiar segundo várias formas e que deriva de um modo defensivo que, urgentemente, tem de desempenhar. Aqui denota-se o papel defensivo que a fantasia pode assumir, contudo similarmente com o romance familiar, aparece a substituição apenas do pai, ou de ambos os pais, por personagens mais grandiosas e sedutoras (Diniz, 1997).

A adopção aparece como uma fantasia comum ligada mais do que se possa pensar às dificuldades que existem no seio da relação familiar, a qual ajuda na resolução de conflitos com os pais biológicos, para este autor, o filho adoptado é confrontado com uma situação fantasmática semelhante à dos filhos não adoptados, o qual não enfrenta dificuldades especiais.

Cumulativamente, aparece o problema da esterilidade ligado à forma como foi vivido e ultrapassado às fantasias em relação às barreiras com a família biológica. Todos estes pontos podem ter repercussões na relação familiar que se irá estabelecer e na revelação da situação de adoptada da criança de uma forma adequada ou não. Assim, os filhos adoptados não apresentarão especiais problemas se os pais adoptivos tiverem ultrapassado, razoavelmente, os seus, embora a realidade externa seja diferente todos terão, eventualmente, a organizar o mesmo tipo de fantasia e construirão um romance familiar com a função defensiva. Os pais adoptivos poderão deparar-se com uma maior dificuldade em suportar o romance familiar dos filhos, pois podem confundir esta dimensão fantasmática com a realidade. Nesta situação, o filho adoptado poderá não conseguir

construir uma fantasia defensiva do tipo do romance familiar. A realidade violentamente, introduzida na fantasia pode torná-la demasiadamente perigosa, retirando o seu valor defensivo, onde o filho adoptivo poderá ter de recalcar o facto da sua adopção, criado pela angústia dos pais adoptivos deparando-se com uma maior dificuldade de viver de uma forma saudável a rivalidade e competitividade edipianas (Diniz, 1997).

1.4 As Relações Familiares

“A relação pais-filhos é uma realidade plástica e evolutiva que se constrõem ao longo dos anos, até chegar a esse difícil ponto de maturidade em que o contacto se consegue fazer de adulto para adulto, com afecto e serenidade, sem ter que negar todo o passado comum, decisivo para ambos” (Op. Cit. Diniz, 1993). Esta relação não é inata nem se constitui devido ao fenómeno de vinculação, contudo a capacidade para a relação constitui-se como inata, mas que concretamente, acontece como um resultado histórico derivado das relações que cada um individualmente, criou através do contacto com o seu ambiente físico e humano, e no qual aparece como elemento fundamental a mãe. Este elemento promove mesmo antes do nascimento da criança um autêntico contacto e que representa fenómenos protomentais, os quais se irão reflectir futuramente na criança, ao nível mental. Nesta relação denota-se a actividade de cada um dos elementos, no entanto, a história criada, pessoalmente pela mãe (e depois) pelo pai contribuem também na concretização dos acontecimentos que estão na base da relação anteriormente mencionada (Diniz, 1993).

Durante esta relação algumas aquisições, por parte da criança, podem não ser positivamente adquiridas devido a uma relação de qualidade insuficiente e a qual não foi gratificante. Para estas aquisições, convém referir que existem elementos fulcrais e os quais se irão reflectir na relação de qualidade, sendo eles a regularidade e a estabilidade, assim tem de ser seguido por parte dos adultos durante muitos anos de disponibilidade instrumental e emocional para com a mesma criança (Diniz, 1993). Segundo este autor, cada sujeito reflecte e depende da relação transmitida pelos adultos na sua infância e esta é vista por dois pólos, num deles encontramos a criança e no outro o ambiente.

O impacto sensorial que a criança sente através do real à sua volta depende de experiências que derivam de sensações de prazer e de desprazer (Diniz, 1993).

Segundo D. Meltzer, o meio familiar constitui-se como função gerar o amor, promover a esperança, conter o sofrimento mental e ensinar a pensar. No entanto, somente o ambiente criado num meio familiar e o qual terá de transmitir boa qualidade, irá combater o sofrimento do bebé, ao nível mental, prevenindo a fragilidade do seu aparelho psíquico. Ao longo do tempo, aprende a raciocinar e percebe-se a si e aos outros para viver uma realidade global, positiva e gratificante (Op. Cit. Diniz, 1993).

2. Adopção

2.1 O Processo e a sua Resenha Histórica

O processo de adopção é “um meio através do qual um indivíduo que, pelo nascimento, pertence a um grupo familiar, adquire novos laços de parentesco, numa outra família laços esses que socialmente são equivalentes aos laços de sangue” (Sá & Cunha, 1996).

Todas as crianças nascem adquirindo algumas capacidades que são proporcionadas geneticamente, contudo muitas destas capacidades podem ser danificadas gravemente se não se estabelecer um ambiente de suficiente qualidade garantido desde os primeiros anos de vida da criança. Desta forma, todo o processo de adopção aparece como uma protecção à infância e que garante a estas crianças uma nova família que irá substituir a família biológica, proporcionando-lhes um bom desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades (Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004).

Actualmente, a adopção visa o superior interesse da criança, tendo como principal objectivo a protecção desta que é desprovida de um meio familiar normal. No entanto, este recurso era tido, antes do século XX, como sendo um modo de perpetuar o nome e o património familiar quando não existiam filhos (Diniz, 1993; Felgueiras & Salvaterra, 1998). Contudo, este recurso não deve ser encarado de forma rígida, pois deve se ter em conta também a promoção dos interesses dos adoptantes, para que a relação de paternidade-filiação possa ser “suficientemente boa” e que promova a felicidade, o bem-estar de todo o agregado familiar (Diniz, 1993); levando assim a bom funcionamento global.

Proporciona-se assim a uma criança, que não possui um meio familiar normal, a oportunidade de adquirir uma nova família e com esta estabelecer laços legais de filiação e a constituição e reconstituição de vínculos semelhantes aos que são proporcionados pela família biológica; neste sentido, a família adoptiva tem os mesmos direitos e deveres de uma biológica (Felgueiras & Salvaterra, 1998).

Para além disto, a adopção terá de ser encarada também na sua dimensão psicossocial, na qual a criança é vista da perspectiva onde é feita a passagem de um meio familiar que lhe é desfavorável para um novo meio, o qual é reconhecido como tendo todas as condições para a satisfação das necessidades da criança, sustentando também a criança ao nível afectivo, educativo e da saúde, garantindo assim, o seu crescimento e desenvolvimento, encontrando-se em contacto a nível social (Felgueiras & Salvaterra, 1998)

Segundo Amaro (1992) “todas as sociedades estabeleceram regras que definem as relações entre indivíduos e a sua descendência”, assim sendo, a adopção define-se como uma situação não recente e actual, sempre existiu apresentando características diferentes consoante as culturas e os tempos (Cunha, 2005).

Na Europa, o condicionalismo derivado da adopção na antiguidade onde as famílias e o reinar do culto doméstico eram determinantes durante a Idade Média, levando ao desuso da adopção. No século XIX esta é manifestada e surgiram reacções contra a adopção, tendo sido considerada como uma “aberração da natureza humana”, foi também ignorada no Código Civil Português de 1867. Contudo, esta evoluiu no século XX, tendo sido defendida pelo movimento de protecção à infância, onde a criança tem direito a cuidados e protecção e sendo considerada por isso solução para as crianças sem família e sem lar (Cunha, 2005).

A adopção passa então por dar uma família a uma criança que não tenha oportunidade de a ter, vantajosa a nível de protecção e educabilidade infantil. Actualmente, existem leis relativas à adopção, defendendo a legitimidade da adopção se defender os interesses da criança adoptada e assim o direito de ter uma família (Cunha, 2005).

2.2 Avaliação e Selecção dos Candidatos a Adoptantes

Considera-se fundamental na adopção de uma criança, o organismo de Segurança Social, da área de residência dos candidatos. Os candidatos à adopção terão de ser duas pessoas casadas há mais de quatro anos e não podem apresentar separação judicial, no caso dos dois apresentarem mais de 25 anos e menos de 50 anos, no momento em que o menor lhes é entregue e, por outro lado, uma pessoa, candidatar-se singularmente, com mais de 30 anos e menos de 50 anos pode fazê-lo, como excepção, quando, por motivos imperiosos o justificarem, podem surgir algumas situações que são aceites no caso de adopção; nomeadamente, se uma pessoa tiver menos de 60 anos até ao momento em que lhe foi confiada a criança (Felgueiras & Salvaterra, 1998).

Segundo Felgueiras e Salvaterra (1998) o processo de adopção segue determinados pontos, nomeadamente a entrevista de ajustamento que é dirigida por um técnico de Serviço Social, objectivando a recolha de dados que identificam os candidatos à adopção e a caracterização do pedido, e proporciona a recolha de características do processo de avaliação/selecção e das características sociais e jurídicas específicas da adopção. A marcação desta primeira entrevista ocorre após um primeiro contacto telefónico ou pessoal e a qual ocorre no prazo de quinze dias, posteriormente ao primeiro contacto. Outro ponto é a entrevista psicológica, a qual é realizada no serviço. Depois irá ser feita, como último ponto uma entrevista social, a qual se realiza no domicílio. Estas duas entrevistas ocorrem para garantirem aos técnicos a identificação das motivações que levam à adopção, as características do sistema familiar assim como da sua história, à caracterização do perfil de personalidade dos candidatos e da sua capacidade educativa.

Assim, o objectivo é perceber até que ponto os candidatos a adoptantes reúnem todos os aspectos necessários para o acolhimento de um filho. Somente depois toda a equipa interdisciplinar chega a uma opinião favorável ou desfavorável em relação ao pedido de adopção e, por isso, se demonstra como sendo um processo que demora algum tempo. As razões que levam à morosidade do processo são nomeadamente devido ao elevado número de pessoas a candidatar-se à adopção e, por isso, serem muito superiores ao número de crianças disponíveis para a adopção; para além disso, podemos referir ainda, de que grande parte dos candidatos à adopção demonstrem interesse em adoptar uma criança no primeiro ano de vida, de raça branca e sem problemas de saúde graves. Na realidade, a maior parte das crianças sinalizadas para a

adopção não correspondem ao perfil atrás referido, apresentando-se assim com mais idade, muitas vezes fratrias, de raça negra ou mestiça e as quais provém de meios familiares socialmente, desestruturados ou em situação de risco.

2.3 A criança em Processo de Adoptabilidade

Os candidatos a adoptados apresentam-se com as seguintes características: crianças ou jovens com menos de quinze anos que, por razões de orfanidade, por terem sido abandonadas por receberem maus-tratos no seio familiar e/ou por negligencia ou ainda por própria decisão dos pais não viva num meio familiar biológico e, por isso, se encontra em situação jurídica de adoptabilidade. Para além destas condições pode ser adoptado o menor que seja filho do cônjuge do adoptando (Felgueiras & Salvaterra, 1998).

As crianças candidatas à adopção provém dos serviços locais de acção social, de centros de acolhimentos da associação portuguesa pelos direitos dos menores e da família e, por último, dos hospitais e das maternidades (Felgueiras & Salvaterra, 1998).

Em suma, a adopção surge como um meio de possibilidade e garantias de que uma criança irá ter um meio familiar comum, a qual não pde receber e permanecer no seio da sua família de origem.

2.4 A Esterilidade e o desejo de Adoptar

A maternidade e a paternidade, ao longo do tempo, têm sido conceptualizadas de forma diferente quanto às suas funções que determinam sendo vistas como algo bom e a esterilidade é encarada como “castigo”.

Assim, na posição de um casal sem filhos podemos concluir que o desejo de adopção provém da ausência de um filho e o qual é desejado e pode ser derivado de uma frustração de um projecto anterior que não foi possibilitado, levando a uma premência e a uma intensidade psíquica especiais. Para além disso, é importante referir que este desejo provém no quadro da normal evolução do processo edipiano, o qual sugere que o prazer provém pela identificação da criança, com o par do mesmo sexo e de seguir os seus passos, isto é, “escolher e investir num objecto de amor da mesma geração” (Op. Cit. Diniz, 1997). Esse objecto partilha memórias

passadas, desejos presentes e futuros, levando aos dois pólos o sentimento de prazer, através da construção imaginária do filho actualizada numa gravidez real e vivida (Diniz, 1993).

A não possibilidade do acontecimento gravital materno e, conseqüentemente, a confirmação da esterilidade vai influenciar e provocar uma ferida narcísica difícil de ultrapassar e a qual é acompanhada com alterações de auto-sentimento a nível da identidade, levando, por vezes, à renúncia de um projecto pessoal de vida e, conseqüentemente, uma modificação do ideal do Eu; neste sentido, vai privar também o sujeito da auto-defesa contra a morte representada pelo seu filho (Diniz, 1993).

Denota-se para além do referido anteriormente, um agravamento da culpabilidade edipiana, levado a cabo pelo filho, no desejo de ser como o pai, no sentido de que a consciencialização da esterilidade, pode ser entendida como “uma punição merecida pela transgressão do interdito edipiano” (Op.Cit. Diniz, 1993). Muitas motivações fortemente altruístas, por parte de candidatos a adoptantes, podem, de certa forma, se relacionar à tentativa de ultrapassar a culpabilidade. O desejo de uma criança com deficiência pode ser derivado da procura de uma situação masoquista derivada também da culpabilidade, no mesmo sentido, desejar uma criança de outra raça, poderá, intencionalmente, desejar omitir aos que rodeiam, que o filho não deriva de nenhuma transgressão, mas é apenas a prova de uma atitude socialmente valorizada (Diniz, 1993).

A incapacidade de ter um filho acentua e, por outro lado, torna mais visível a patologia do desejo. Neste sentido, segundo Serger Lebovici, existe o “bebé fantasmático” criado pela história fantasmática da mãe, onde o bebé imaginário deriva dos desejos, projectos e sentimentos por parte da mãe, parcialmente consciente, durante a gravidez. Por outro lado, num casal estéril, para além da privação do filho biológico há a privação da organização do bebé imaginário (Diniz, 1993).

Para além disto, convém referir que a esterilidade é uma situação vivida a dois e a qual implica uma reorganização individual e também da relação existente entre os dois membros do casal. O desenrolar desta reorganização vai levar a diferentes tipos de relação que irão ser estabelecidos e vivenciados na presença do filho adoptivo e, portanto, derivado do sucesso da adopção (Diniz, 1993).

Neste sentido, podemos referir que depende também da estruturação ao nível da identidade sexual, da organização do desejo por parte do filho ao nível da sua construção

fantasmática e de viver uma realidade em que existe uma relação amorosa, e por último, a forma vivenciada e ultrapassada, ou não, a frustração desse desejo. Para isso, impõe-se como importante fazer toda a história de um desejo, desde o seu nascimento e da sua evolução, na qual a ausência poderá representar um acidente grave (Diniz, 1993).

O desejo de maternidade e paternidade, referido anteriormente, desenvolve-se tanto na mulher como no homem desde a infância. (Cunha, 2005).

O desejo de um filho está então inerente, inconscientemente, em cada pessoa, neste sentido, Soulé (1981) refere que o impacto traumático surge do diagnóstico de esterilidade associado à menor possibilidade de ter um filho mas sobretudo devido às circunstâncias que se irão vivenciar através de um processo de paternidade, que na intimidade irá ser interferido por terceiros. Assim, a esterilidade, psicologicamente, é vivenciada como uma ferida narcísica, não limitada à reprodução mas envolvida no quebrar do ideal de vida identificado através de um filho, permitindo devolver aos pais como pessoas imortais (Cunha, 2005).

No que toca à concepção biológica de um filho, Diniz (1997) refere como princípio o desejo psicológico dessa criança, a qual se revela como fundamental para a saúde mental. Deveria ser feita uma correspondência afectiva e biológica para que a evolução de todo o processo seja feita em comum, proporcionando assim uma vivência parental satisfatória. Neste sentido, na visão de uma criança tanto a mãe como o pai psicologicamente é aquele que desempenha a respectiva função e a vive como tal assumindo-a de forma autêntica e profunda, sem problemas; neste sentido, convém referir que as relações familiares boas apresentam-se como sendo aquelas onde os acidentes ou incidentes surgem sem serem excessivos nem em elevado número ou intensidade e onde, psicologicamente, existem recursos suficientes para resolver e ultrapassar estes acidentes de forma razoável/satisfatória e, por isso, não são relações isentas de tensões (Diniz, 1997).

Em termos genéticos, para todos a primeira experiência é a experiência de um filho, onde o mistério de ser pai é o primeiro mistério do mundo. Este finaliza uma descoberta onde a diferença Homem/Mulher é posta à descoberta e numa intimidade que existe entre eles. Numa descoberta na qual é um filho que procura e descobre esta problematiza-se e, naturalmente, se desenha um modelo e um projecto, este projecto relaciona-se com o passar da situação de filho para a de pai ou de mãe divergindo através das suas descobertas e da sua identidade, no qual uma

criança ou um jovem cresce e quer conquistar um lugar no mundo dos adultos, implicando assim a presença dos pais na tríade (Diniz, 1994).

A construção do desejo de um projecto caracteriza-se como conservador, onde existe a repetição agora na vida adulta o que passou na infância e que, para ele, imagina como feliz mas mais não passa de um quadro originário idealizado, no qual se projectam apenas as qualidades boas, pondo de parte, os elementos perturbadores dessa paisagem idílica. Em consequência desta dinâmica surge o desejo do filho, em grande parte inconsciente, emergindo da identificação com o pai e com a mãe que se teve na infância e com a criança que se deseja vir a ter, imagem elaborada a partir da experiência da criança que foi. Similarmente, incidem as defesas necessárias contra a angústia e manter a idealização, assim como as remodelações feitas no projecto pessoal para o futuro e, por último, a reparação das experiências negativas do passado (Diniz, 1994).

Em suma, para a maior parte das pessoas o poder ser e fazer como os pais implica o facto de ter filhos. Neste sentido, a adopção surge como uma nova etapa de decisão devido à rotura da continuidade fantasmática, levando a uma descontinuidade na dinâmica habitual das relações familiares, as quais poderão ser negativas tendo, por isso, de ser avaliadas tanto quanto possível e será, por isso, considerada na selecção do processo de adopção (Diniz, 1994).

Os casais sem filhos biológicos que pretendem adoptar é muito diferente dos casais estéreis. Os filhos e a relação existente pode ter em conta elementos específicos e, por isso, irão ser avaliados, assim como a idade dos candidatos pode trazer algumas questões. Por outro lado, casais já com filhos trazem outras razões muito variáveis. Assim, em qualquer destes casos de adopção, a sua realização pretende-se referir a “projecto familiar” o qual, emocionalmente, se distingue dos casos das famílias biológicas. O projecto familiar adoptivo refere-se a formas especiais de concretização (Diniz, 1994).

2.5 O Bebé Imaginário na Adopção

O bebé, fantasmaticamente, imaginado pelos casais que desejam adoptar, por um lado, relaciona o seu bebé imaginário e o perder desse bebé. No processo de adopção, o bebé imaginário, tem a ver com os processos de luto do bebé, fantasmaticamente, imaginário construído pelos pais e o qual não conceberam. É importante referir, que ao nível da adopção é necessário estudar o bebé imaginário através do desejo da adopção e da sua fantasia em relação à

criança mas também toda a evolução do trabalho de luto do filho que desejavam e não vão ter. Relativamente, às características das crianças, são referidas determinadas condições que se relacionam na construção da criança imaginária por parte dos pais candidatos à adopção, nomeadamente, factores como a idade, sexo, raça e saúde; estas características prendem-se com o desejo de encontrar as mesmas características no seu filho e, por isso encontrar o seu “filho biológico” (Cunha, 2005).

Contudo, o desejo de um “filho perfeito” existe tanto nos pais biológicos como adoptivos. Por outro lado, o facto de um casal, em processo de adopção, pretender uma criança doente ou deficiente, assume-se um desejo de paternidade de algum modo contraditório, uma dimensão conflitual, permitindo assumir que essa criança não fosse de facto seu filho e, sendo por isso, uma criança adoptada. Neste sentido o bebé imaginário não está contido no bebé real e, por isso, na relação com este bebé real os pais não associam o bebé imaginário, não ocorrendo a filiação o que acontece, do mesmo modo, se a criança for de raça diferente à raça do casal adoptante (Cunha, 2005).

Globalmente, todos os casais que desejam candidatar-se à adopção trazem a questão da idade da criança sugerindo representações das crianças que reúnem algumas condições como. Por exemplo, crianças maltratadas e com familiares problemáticos, ou por outro lado, sujeitas a tentativa de aborto. Neste sentido, surgem factores relacionados com a estética, tendo, por isso, imagens das crianças “feias e pouco cuidadas”. Existe ainda a necessidade dos pais experimentarem sentimentos idênticos aos experimentados no momento do nascimento de um “filho biológico”, vivendo assim a ilusão de que o filho foi por eles concebido (Cunha, 2005).

Os casais adoptantes em relação à ternura que os próprios experimentaram poderão ser mantidos no sentimento, o amor, mantido na base da filiação e, por isso, existe a construção de um bebé imaginário por parte dos casais candidatos à adopção que se aproximam a um bebé. Perante isto, por vezes, um bebé real pode não ser um recém-nascido e cabe, por isso, aos técnicos dos serviços de adopções fertilizar a imaginação dos casais, levando à descoberta do bebé que existe em cada criança, prevenindo os desajustamentos da relação e desencontros na filiação e, por isso, o bebé imaginário está contido na criança real do casal adoptante ou pessoa singular. As crianças não apresentam uma idade aconselhada para a sua adopção, pois cada criança tem as suas condições para o ser (Cunha, 2005).

2.6 O Período de Pré-Adopção

Depois da criança ser entregue à nova família, surge um período de pré-adopção, o qual visa uma futura adopção. Este é processado proporcionando por parte dos serviços administrativo-judiciais uma confiança, e é direccionada mediante as características da criança como a sua idade e história familiar anterior. O período em questão está na lei e durante este há responsabilidade repartida entre toda a equipa de adopções e a nova família constituída, assim, há um processo de adaptação mútua entre a família e a criança e neste tem de haver a disponibilidade de um técnico da equipa para resolver todas as situações que esta adaptação envolve (Felgueiras & Salvaterra, 1998).

Este período terá a duração não superior a um ano e termina através de um relatório psicossocial que é feito pela equipa e o qual faz-se juntar à petição de adopção requerida pela família adoptante, apresentada ao tribunal da comarca da residência dos candidatos adoptantes. A decisão judicial apresenta um tempo variável o qual é mais longo do que a intervenção do serviço social. Contudo, existe uma nova lei da adopção a qual pretende tornar mais rápido todo o processo judicial embora a adopção seja vista sempre como um processo complexo e de análise rigorosa nos seus diferentes níveis e procedimentos que, por sua natureza, demoram tempo (Felgueiras & Salvaterra, 1998).

O período em contexto, permite a desistência do processo de adopção da criança, por parte dos pais, quando não se sintam capazes de o prosseguir, sendo por isso, situações delicadas pois a criança sente-se rejeitada que se irá reflectir na vivência de abandono anterior, por outro lado, os pais vivenciam a incapacidade de serem pais e de exercerem funções parentais (Cunha, 2005).

Metodologia

Objectivo do estudo

O objectivo principal desta investigação prende-se com o estudo a nível individual de cada criança, permitindo compreender como foi a perda, a vivência com as figuras parentais das quais quebrou laços e, por outro lado, a sua experiência e adaptação em casas de acolhimento e de que forma desenvolveram a sua capacidade afectiva e de estabelecimento de novas ligações afectivas com uma nova família, a família adoptiva.

O estudo de caso é a metodologia utilizada nesta investigação, caracterizando-se pelo seu carácter exploratório. Através desta metodologia acede-se de forma aprofundada a uma compreensão individual de cada criança, permitindo aceder, neste sentido, ao mundo interno de cada criança, às suas experiências do quotidiano e angustias inerentes à nova realidade, a família adoptiva e aos processos psicológicos implicados no processo de adopção. Seguindo uma orientação dinâmica.

Caracterização da amostra

Para este estudo seleccionou-se uma amostra de 3 crianças do sexo feminino com idades compreendidas entre os sete e os nove anos. Esta faixa etária encontra-se compreendida no período da latência, no qual as principais linhas de desenvolvimento tendem a fixar-se.

Para além deste critério comum, existem outros dois, sendo eles o facto de terem passado por casa de acolhimento e terem sido adoptadas tardiamente, após os seis anos de idade. Foram seleccionadas crianças com uma idade mais avançada, objectivando aceder e aprofundar de que forma a recordação dos pais biológicos e das experiências familiares precoces e de institucionalização influenciam a construção dos laços vinculares.

O casal adoptou pelo desejo de uma paternidade adoptiva e as duas mães por vontade de ter uma criança, mesmo não tendo companheiro.

A amostra foi seleccionada de forma aleatória, entre as crianças que se encontravam no fim do período de pré-adopção, colocadas nas famílias há menos de seis meses.

Procedimentos

Após a selecção da amostra, procedeu-se à entrevista individual para cada caso. Posteriormente, foram aplicados os instrumentos em duas sessões, sendo que na primeira procedeu-se à entrevista clínica com os pais e com a criança. Em seguida aplicou-se o desenho livre e o teste “Era uma vez...”.

Na segunda sessão foi aplicado o Teste das Relações Familiares.

Descrição dos instrumentos

A Entrevista Clínica

Através da entrevista clínica abordamos e compreendemos a dinâmica da criança e o ambiente familiar em que esta se insere. Esta compreensão é feita através da observação no sentido de se perceberem quais os afectos canalizados na família, no contexto em que se relaciona, na percepção da qualificação dos papéis de cada membro familiar e, por último, as diferentes identificações relativamente aos diferentes membros do sistema familiar relacional.

O contacto observado dentro da família adoptiva permite-nos perceber também quais os comportamentos, padrões e diferenças na interacção entre cada membro da família adoptiva e, de forma mais relevante, observar como e de que forma a criança se insere e relaciona nos novos membros da família adoptiva.

De um modo geral, interessa a construção de uma nova história de vida da criança na nova família adoptiva, visto que, esta nova família não acompanhou, desde sempre, o desenvolvimento da criança. Assim, é essencial compreender a adaptação entre ambos, assim como as suas motivações que levam, por parte dos pais, a terem capacidades de adoptabilidade e disponibilidade.

Contudo, a observação clínica não vem substituir os testes, mas são assim complementares, no sentido de aprofundar tudo aquilo que se pretende estudar.

O Teste “Era uma vez...”

Esta prova criada por Teresa Fagulha em 1996, é uma técnica projectiva de complemento de histórias, apresentadas em formato de banda desenhada, para ser aplicada a crianças com idades compreendidas entre os 5 anos (crianças desde os níveis pré-escolar) e os 11/12 anos (crianças do 2º ciclo Básico).

A prova consta de sete cartões-estímulo para exemplificação e de um cartão, em formato reduzido, que se destina a finalizar a prova. Para cada um dos cartões existem dez cenas.

A prova é constituída por uma versão masculina (com uma personagem masculina como actor da história) e uma versão feminina (com uma personagem feminina como actriz da história)

A presente prova tem como objectivo descrever a forma como as crianças elaboram as emoções, nomeadamente a ansiedade e o prazer, estados afectivos cuja função adaptativa tem uma relevância particular no desenvolvimento psicológico.

Neste sentido, entende-se por emoções, numa perspectiva psicodinâmica, fenómenos geradores e organizadores de todos os processos mentais (Leal, 1985/1975). Segundo a autora elas encontram-se presentes desde o início da vida e influenciam o modo como a criança entende o mundo que a rodeia e a forma como constrói o seu mundo interno de relações. Segundo Fagulha (1997), as emoções têm uma intencionalidade comunicativa, enquanto agentes no intercâmbio que a criança estabelece com o mundo externo, dando significado a esse mundo e permitindo a tradução, para os outros, das suas vivências internas.

Winnicott (1975/1971) defende que a criança pode elaborar os estados emocionais que experimenta numa área intermédia de experiência, entre a fantasia e a realidade, que o autor designou por *espaço transicional*. Ao brincar com as crianças, no contexto da relação terapêutica, facilmente nos apercebemos das qualidades e características dessa elaboração, num movimento criativo e pessoal. De facto, o brincar traduz, para um observador, significados possíveis de descodificar.

A concepção desta prova teve como objectivo a criação de uma situação que, tendo como paradigma a actividade lúdica, proporcionasse uma forma simplificada de aceder a esse espaço transicional e facilitasse a leitura de significados nele expressos pela criança.

Numa grande variedade de provas projectivas utilizadas na observação psicológica das crianças e dos adultos é solicitada a criação de uma história a partir de um estímulo,

frequentemente constituído por cenas desenhadas. Por outro lado, o pedido pode consistir na descrição do desfecho, geralmente de modo verbal, de uma história incompleta que lhe é apresentada. Segundo Schofield (1987, p. 147), quando as crianças contam histórias “estão a revelar qual é a raiz das suas dificuldades, através da projecção” (Cit. por Fagulha 1997).

Uma vez que é uma tarefa natural e atractiva para as crianças, ouvir e contar histórias e sendo que elas facilitam às crianças a descoberta da vida e dos seus próprios sentimentos, sugerindo-lhes modos de lidar com eles e de se confrontarem com a realidade, optou-se por organizar uma situação em que são apresentadas às crianças histórias incompletas, em diversos episódios relativos à vida de uma mesma personagem infantil, sendo-lhes pedido que dêem continuação a esses episódios.

Neste sentido, a autora escolheu a “banda desenhada”, como forma de representação, uma vez que se mostra um estímulo atraente para as crianças.

Segundo Fagulha (1997), com o intuito de dar continuidade à história, diversas alternativas poderiam ser consideradas. Por um lado, pedir à criança a sua verbalização de um modo completamente aberto, contudo esta indicação originária dificuldades no estudo das respostas tão diversificadas quanto as que podem ocorrer nestas circunstâncias. Por outro lado, e no quadro de referência das teorias sobre a actividade lúdica é importante ter em consideração que tal como Winnicott afirma (1975/1971), “brincar é fazer”. Isto é, a possibilidade de manipular e seleccionar, que se apresenta quando se oferece à criança uma variedade de brinquedos para que com eles organize uma forma de expressão e comunicação consigo própria e com o observador, deveria ter um equivalente na situação proposta.

Posto isto, a autora da prova decidiu que a resposta, para além do aspecto construtivo (criação da história na sequência do episódio proposto) deveria contemplar o aspecto da manipulação e selecção. Neste sentido, a cada episódio correspondem diversas cenas com que constitui o desenrolar da história apresentada.

Tendo em conta a característica do conceito *espaço transicional* (área onde, entre a fantasia e a realidade, se elaboram as experiências emocionais) as cenas que dão sequência a cada episódio apresentam situações de fantasia, de realidade e de representação da vivência emocional, estando com elas relacionadas. Neste sentido, a criança irá projectar-se no “aqui e agora” da elaboração de cada estímulo apresentado, revelando através das cenas que escolhe e da sequência

que organiza, o movimento interno na elaboração das emoções evocadas pela situação que lhe é apresentada no cartão.

O Teste das Relações Familiares

Este instrumento clínico, criado por Eva Bene e James Anthony em 1957, tem como objectivo perceber qual a importância em termos relativos de cada membro da família para esta criança, desenvolver e analisar as relações emocionais da criança no seio da sua família. Assim, é possível avaliar, relativamente à importância que cada membro da família tem, em relação à criança, também permite identificar os sentimentos e as atitudes que são experiências da criança, relativamente a cada membro e que sente dirigidos a si.

O material do teste divide-se por 20 pequenas caixas com figuras que identificam pessoas com diferentes idades, sexos, formas e tamanhos. Para os autores deste teste, as figuras representam estereótipos, os quais representam, suficientemente, os membros da família, apesar de que se mostram, suficientemente, ambíguas para formar especificamente uma família. Neste seguimento e objectivamente, pretende-se que cada criança escolha de todas as figuras apresentadas, as que lhes parece representar cada membro da sua família.

No início do teste a criança é levada a pensar sobre a sua família através de algumas questões, sendo elas “Quem são as pessoas que vivem contigo em casa?”, “Quem são as pessoas da tua família?”. Posteriormente, a criança terá de escolher as figuras que representam a sua família, por último, o examinador apresenta-lhe uma figura que poderemos apresentar como diferente, onde é apresentado um homem de costas, o Ninguém, o qual tem como principal objectivo a contenção de todos os sentimentos que a criança não aplica a nenhum dos membros da família que ela escolheu e identificou com cada figura apresentada.

A continuação do teste segue-se com a leitura de cartões com frases positivas e negativas de sentimentos que se dirigem à criança ou que esta dirige à sua família. De entre as diferentes versões do teste. A versão dos 3-7 anos apresenta 40 itens que apenas se distribuem por sentimentos recebidos ou enviados e os quais se dividem em positivos e negativos e por sentimentos de dependência da criança, relativamente, aos diferentes membros familiares. A versão dos 7-15 anos apresenta 86 frases que se dividem entre os sentimentos dirigidos à criança,

ou seja, recebidos e sentimentos enviados, todos podem ser positivos ligeiros, os quais são de aprovação, positivos fortes, mais sexualizados, negativos ligeiros que representam a desaprovação e negativos fortes, os de hostilidade. Aparecem ainda algumas atitudes que se relacionam com a indulgência e super-protecção parentais duas versões permitem ainda a análise total do envolvimento através da definição por parte da criança, dos membros familiares a quem esta se mostra mais vinculada.

Todos os itens que formam o teste foram construídos com base na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, tendo em conta que diferentes idades cronológicas se identificam a diferentes níveis de evolução do pensamento e das emoções. Os autores tiveram, então em conta a divisão do teste em duas versões, tendo em conta a sensibilidade do desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e os seus diferentes níveis relacionais, dependendo então das diferentes idades. O material foi desenhado através das concepções piagetianas, onde as crianças têm então vários períodos e se se encontraram num período de desenvolvimento concreto, o presente teste permite uma manipulação e experimentação activas.

É um teste que demonstra propriedades psicométricas, procedimentos de análise semi-estandardizados e a compreensão e interpretação dos dados psicanalíticos, tendo em conta o desenvolvimento emocional, a identificação com figuras parentais e as suas organizações defensivas. Como pontos fortes, demonstra ser um bom instrumento na avaliação das percepções da criança, em relação ao seio familiar e dos movimentos de identificação com os pais, os quais são essenciais à construção e desenvolvimento da identidade.

Apresentação e Análise dos casos

Caso I
A menina Filipa

1. Enquadramento do caso

Dados de Identificação

Nome: Filipa

Sexo: feminino

Idade: 9 anos e 10 meses

Data de Nascimento: 9 de Agosto de 1998

Naturalidade: Barreiro

Local onde mora: A-Dos-Cunhados

Escolaridade: 3º ano de escolaridade

História Actual

A Ana foi retirada do seu agregado familiar devido a negligência grave aos 6 anos e 11 meses, tendo passado, aproximadamente, um mês com a sua avó materna e posteriormente, esta juntamente com a sua mãe entregaram-na na instituição onde se encontravam os seus dois irmãos. A menor permaneceu na instituição de acolhimento temporário até aos 9 anos e 5 meses.

Em Janeiro de 2008, Ana foi integrada numa família monoparental. As principais preocupações da mãe adoptiva prendem-se com as dificuldades escolares e o seu mau comportamento e distração na sala de aula (ver anexo 1)

Durante o período escolar, o aproveitamento da Ana não foi satisfatório tendo ficado retida no 3º ano de escolaridade.

Actualmente a sua mãe adoptiva encontra-se a promover as diligências visando a adopção plena da menor.

Entrevista Clínica

A mãe mostra-se disponível, atenciosa e preocupada com a sua melhor prestação de cuidados para com a Filipa. Refere que fala com frequência do seu passado, sempre que a Filipa expressa essa necessidade.

A mãe refere ter conhecimento de todo o passado da filha, sentido que este condicionou todo o processo de desenvolvimento da Filipa.

Confessa sentir que desde que a Filipa está com ela o seu desenvolvimento tem sido muito bom, bem como a sua adaptação a toda a família.

Segunda a sua mãe, a boa adaptação da Filipa é fruto da disponibilidade de toda a família. Os adultos, essencialmente os avós maternos, acarinharam desde logo e todos fizeram para que se sentisse inserida, tratando-a logo desde o primeiro contacto como neta, sobrinha e prima.

Os avós maternos mostram-se como fundamentais neste processo de adaptação, uma vez que estes detêm um papel fundamental no dia-a-dia da Filipa, visando colmatar a ausência da mãe, por questões profissionais.

A nível escolar, a Filipa revelou no início dificuldades na aquisição de competências intelectuais e escolares, no entanto a mãe confessa que estas têm vindo a se alterar, apresentando melhores resultados escolares e evidenciando um maior interesse pelos temas escolares e pela própria aprendizagem. Mostrando assim progressos significativos na escola e na terapia da fala.

No momento actual, encontra-se no 3º ano de escolaridade, com um bom aproveitamento escolar e com boas relações interpessoais, tanto com os colegas como com a professora. Tal como pude constatar com conversas com a Filipa, esta faz um grande investimento na escola.

No que diz respeito a comportamentos mais indesejáveis, a mãe refere o facto desta ser muito teimosa mas que ela não lhe faz todas as vontades pois ela tem de prender que não pode ser assim.

Denota-se no discurso e relação interpessoal, que a mãe revela dificuldades na sua disponibilidade afectiva, mostrando-se uma mãe muito mais virada para o funcional, no entanto esta falha tem vindo a alterar-se com a ajuda do serviço que já lhe alertou para tal.

O teste “Era uma vez...”

Antes de interpretar os resultados da prova, é de salientar que a Filipa, no decorrer da aplicação da prova, mostrou-se cooperante e motivada. No entanto, revelou-se ansiosa ao contar as histórias, de modo a elaborar melhor essa ansiedade que lhe suscitavam as situações apresentadas, tentou controlar no que lhe era permitido a aplicação da prova.

Da observação das sequências organizadas como respostas aos cartões que apresentam situações ansiogénicas ressalta uma imediata negação dessa emoção, de um modo geral através de fugas pela fantasia. Verifica-se, sistematicamente, que esta forma de defesa da emoção ansiosa não revela qualquer eficácia, na medida em que os finais das histórias organizadas pela Filipa são mais angustiantes do que os estímulos apresentados nos cartões correspondentes, excepto no último, uma vez que remete para a sua maior dificuldade a qual tende a não transparecê-la na relação com a prova, este aspecto dever-se-à possivelmente, ao facto da sua mãe dar grande importância à sua prestação escolar e com o intuito de agradar a mãe não se revelar verbalmente, como ansiogénica, tentando minimizar e passivizar a situação. A situação revela-se portanto angustiante e ameaçadora.

A relação entre pares surge um desejo de reconhecimento, o qual necessita algo de especial, por parte de Filipa, para se concretizar. Aqui reside, alguma fonte de frustração, pois a Filipa não parece sentir-se segura da sua capacidade e valor, quer pessoal quer escolar. No entanto ela mantém a esperança de poder receber gratificações, com esta nova família.

Salienta-se ainda a frequência com que aparece no final de grande parte das histórias, a personagem sozinha sem ser capaz de elaborar a ansiedade do respectivo cartão. O sentimento de isolamento e de falta de confiança em figuras internas protectoras é notório ao longo do protocolo; demonstrando assim ainda a representação da sua família biológica e não reparação desse passado na nova relação parental (ver anexo 2).

Teste das Relações Familiares

A Filipa aderiu bem à prova, envolvendo-se e parecendo motivada.

Na organização e disposição das figuras da sua família, a Filipa escolheu os avós, a mãe, o Joshua que é afilhado da mãe, o Ari e o Tiago que são primos e os tios Ricardo, Rita, Hugo e Rita como representativos da sua família. Quanto às escolhas das figuras, a Filipa teve o cuidado de seleccionar aquelas que são fisicamente mais parecidas com os vários elementos da sua família adoptiva; comentado durante a selecção as parecenças das figuras escolhidas.

De acordo com a interpretação dos resultados, da distribuição dos itens - sentimentos recebidos e enviados – a Filipa dirigiu a maior parte dos cartões para a mãe. Este aspecto evidencia a sua maior proximidade e envolvimento emocional com este elemento, portanto isto significa que estas figuras encontram-se interiorizadas pela Filipa.

Da parte da mãe, os sentimentos que recebe são na sua maioria positivos fortes e negativos leves, o que aponta para uma não idealização da relação.

No que concerne aos sentimentos de superprotecção materna são todos eles recebidos pela Filipa, o que é compreensível se tivermos em conta a preocupação constante da mãe em modular os comportamentos da mesma. Quanto à indulgência, atribui a si própria.

Quanto aos sentimentos recebidos, existe uma grande parte deles, nomeadamente os sentimentos negativos fortes, que são atribuídos à personagem “ninguém”, o que nos revela uma atitude de evitamento ou então ainda uma relação pouco segura no seio da sua família. Verifica-se uma dificuldade em atribuir os sentimentos negativos fortes a um membro da família. Este facto pode ser explicado pela insegurança sentida no seio de uma nova família, possivelmente, inerente às suas experiências parentais que foram insuficientes e angustiantes, não permitindo a consistência da presença de uma figura interna securizante. Este facto pode traduzir-se numa defesa, devido ao risco se sentir ameaçado o afecto que estes possam desenvolver por si. No entanto, posso considerar que a mãe nutre por si sentimentos de protecção maternal. Este dado pode ser associado ao facto de esta mãe mostrar-se competente na prática parental, isto é, demonstra capacidades parentais e oferece condições afectivas que a fazem sentir segura na relação. Ainda assim, é um processo de reparação moroso dadas as experiências parentais frustrantes e negativas da Filipa.

A Filipa demonstra um forte envolvimento com a sua mãe e o Joshua, experimentado com ambivalência. Esta situação é reveladora da existência de vínculos relativamente seguros com a sua família.

Na família nuclear, a Filipa revela sentir-se parte da mesma, sendo notória através do grande número de itens de superprotecção e de indulgência maternas. Os sentimentos em relação à restante família também parecem reveladores de uma boa adaptação e integração na sua família alargada, a qual a Filipa investe e sente-se investida.

A mobilização das defesas durante a aplicação da prova poderão comprometer a sua coerência, uma vez que se evidencia a possibilidade de um deslocamento dos sentimentos negativos fortes para a personagem “ninguém”. É notório, também, o uso da regressão pela maioria dos itens que atribui a si própria expressarem superprotecção e indulgência.

Tendo em conta que é um novo membro da família e que, perante a lei, ainda não o é, definitivamente, é natural que se sinta insegura e que seja este o motivo que a leva a não atribuir todos os sentimentos, refugiando-se na personagem “ninguém”. Até pela idade em que é adoptada, sente a atitude da mãe ao tentar corrigir determinados comportamentos seus e, ao mesmo tempo, demonstrando grande afecto (ver anexo 3).

Caso II
A menina Catarina

Enquadramento do caso

Dados de Identificação

Nome: Catarina

Sexo: Feminino

Idade: 9 anos e 7 meses

Data de nascimento: 28 de Julho de 1998

Naturalidade: São Francisco Xavier

Escolaridade: 3º ano do ensino básico

História Actual

A Catarina foi retirada com 5 anos de idade da família biológica devido a negligência e maus-tratos sendo encaminhada para uma instituição de acolhimento temporário. Em Novembro de 2007 a Catarina com 9 anos de idade, iniciou o processo de adopção com uma candidata singular. Encontra-se a viver com a candidata há aproximadamente 8 meses, tendo sido decretada a adopção plena.

As principais preocupações da mãe adoptiva prendem-se com as dificuldades escolares e a dificuldade em obedecer às regras que lhe são impostas, estando constantemente a testar os limites que lhe são impostos (ver anexo 4).

A Catarina passou para o 3º ano do ensino básico. Teve um aproveitamento satisfatório, apesar de ter períodos de estagnação ou parecer ter esquecido o que aprendeu, teve uma evolução gradual satisfatória ao longo de todo o ano lectivo. Conseguiu consolidar os conhecimentos de iniciação à leitura e escrita. É uma criança responsável, autónoma, empenhada, organizada, cumpridora das regras, tendo que melhorar a concentração e a disciplina. Esteve inscrita no apoio educativo que beneficiou de forma positiva tendo alcançado os objectivos propostos. A sua evolução foi oscilante dependendo do seu estado de humor.

Entrevista Clínica

A mãe adoptiva da Catarina mostra-se disponível e atenciosa. Refere ter conhecimento de todo o passado da sua filha, sentida na relação consigo as repercursões nomeadamente, no que diz respeito à sua necessidade de chamar à atenção.

A mãe aponta a disponibilidade de todos os membros como factores muito importantes para a boa integração e adaptação.

Quando foi confiada à mãe apresentava um apetite voraz e uma necessidade de captar a atenção do outro.

Considera as birras que fazia inicialmente como normais para a idade. No entanto todo este quadro que a mãe refere é de uma harmonia de certa forma idealizada. Tentei aprofundar esta inexistência de problemáticas comportamentais e falaram somente das birras.

Quanto à motivação para a adopção, refere que devida a um mioma não tentou engravidar e também apontou para as relações pouco consistentes.

O seu discurso é afectuoso e a relação com a Catarina também o é.

Teste “Era uma vez...”

Antes de interpretar os resultados da prova, é de salientar que a Catarina, à medida que decorria a aplicação da prova, foi ficando cada vez mais saturada e impaciente. Além disso, de modo a elaborar melhor a ansiedade que lhe suscitavam as situações apresentadas, tentou controlar no que lhe era permitido a aplicação da prova.

É de salientar que, a Catarina termina a prova de forma muito ansiosa, impaciente e até mesmo zangada por eu não desistir da sua aplicação. Face ao meu pedido, para inventar uma história a partir do último cartão, a Catarina recusa-se afirmando que, não sabe nenhuma.

Da observação das sequências organizadas como resposta aos cartões que apresentam situações ansiogéneas ressalta uma imediata negação dessa emoção, de um modo geral através de fugas pela fantasia. Verifica-se, sistematicamente, que esta forma de defesa da emoção ansiosa não revela qualquer eficácia, na medida que os finais das histórias organizados pela Catarina tendem a continuar na fantasia ou a ser mais angustiantes.

A situação escolar parece particularmente angustiante e ameaçadora. Aqui reside, muito possivelmente, alguma fonte de frustração pois a Catarina não parece sentir-se segura da sua capacidade e valor. Na situação da praia, a Catarina exclui a presença dos pares referindo-se às suas dificuldades de relacionar-se com as crianças da sua idade, pelo possível sentimento de competição que sente.

Na projecção da Catarina, os pais não podem dar-lhe o apoio total que ela procura e necessita e o abandono e rejeição parecem estar muito presentes. Apesar da necessidade de sentir este apoio, a falta de confiança em figuras internas protectoras existe (ver Anexo 5)

Teste das Relações Familiares

A Catarina aderiu bem à prova, envolvendo-se nesta e parecendo motivada. Ao longo da prova, foi ficando impaciente desejando que esta terminasse. As suas escolhas causaram-lhe sempre muitas dúvidas e hesitações.

Na organização e disposição das figuras da sua família, a Catarina escolheu a mãe, a avó, e o avô como os elementos representativos da sua família. No final da prova, comentou que gostaria de ter inserido o pai como elemento da família, no entanto, confrontada com a sua estrutura familiar real optou pela sua não inserção.

Os elementos escolhidos, traduzem-se nos membros familiares reais e mais chegados da sua família adoptiva. Quanto à escolha das figuras, a Catarina teve o cuidado de seleccionar aquelas que são fisicamente mais parecidas com os vários elementos da sua família adoptiva (a nuclear). Comentando comigo as parecenças entre as figuras escolhidas.

De acordo com a interpretação dos resultados, a Catarina dirigiu a maior parte dos cartões para o elemento representativo da mãe. Este aspecto evidencia a sua maior proximidade e envolvimento emocional com este elemento.

A Catarina escolhe, a figura materna, para atribuir um número significativo de sentimentos positivos leves e fortes, quer sejam dirigindo-lhe estes sentimentos, quer seja, recebendo-os. A maioria dos itens escolhidos, relaciona-se com os afectos e sentimentos que nutre pelo outro, neste caso, a mãe. Estes itens correspondem na maioria a sentimentos positivos fortes em relação à mãe, seguidamente de sentimentos positivos leves em relação à mãe. Estes

dados, apontam para uma valorização positiva da figura materna, ainda que, a Catarina não tenha atribuído, em relação a si, todos os sentimentos positivos da personagem.

Este facto, pode ser explicado pela sua insegurança face ao afecto da mãe adoptiva, possivelmente, de acordo com as suas experiências parentais que foram insuficientes e angustiantes, não permitindo a consistência da presença de uma figura interna securizante. Ainda assim, começa a considerar que a mãe nutre por si sentimentos de protecção maternal primária. Este dado, pode associar-se às capacidades parentais desta mãe adoptiva que oferece à Catarina condições afectivas que a fazem sentir segura na relação. No entanto, é um processo de reparação moroso dadas as experiências parentais frustrantes e negativas da Catarina.

Seguidamente, da figura da mãe, o elemento com mais itens atribuídos é a figura “Ninguém”, o que nos remete para uma possível dificuldade de atribuição de atitudes e sentimentos a elementos familiares reais, pela recente integração da Catarina na família adoptiva. A figura “Ninguém” é, assim, utilizada como “escape” para a atribuição de sentimentos positivos ou negativos que a Catarina ainda não sabe atribuir a si, ou, aos seus familiares. Este aspecto, é compreendido à luz da sua recente adaptação à família adoptiva e consequente dificuldade de comunicar o que sente por esta.

Em relação, aos itens aplicados na figura “Ninguém”, encontramos uma tendência para atribuir sentimentos positivos leves e negativos leves/fortes em relação a si própria, isto é, a Catarina tende a inserir, nesta figura, os itens que se associam aos sentimentos que os elementos familiares poderiam dirigir a si. Este aspecto, confirma a hipótese inicial, a Catarina não consegue definir o que a sua família adoptiva sente em relação a ela, parecendo sentir-se insegura face aos sentimentos que a sua família pode nutrir por si. Contudo, é positivo perceber que são mais os itens negativos que atribui a esta figura. Neste sentido, é mais fácil atribuir a uma personagem inexistente, afectos e comportamentos negativos dos familiares em relação a si própria. O facto de atribuir a esta personagem, sentimentos negativos fortes em relação aos outros, pode traduzir-se uma defesa referente à idealização. Como se evitasse colocar estes sentimentos nos elementos da sua família, com o risco de sentir ameaçado o afecto que estes possam desenvolver por si ou mantendo uma imagem idealizada da sua família.

Todos os sentimentos e emoções associadas à figura paterna foram dirigidos, como seria de esperar, à figura “Ninguém”.

Depois do elemento “Ninguém”, surge o elemento “Eu”, isto é, a Catarina com mais itens atribuídos. Em relação, aos itens que atribui a si própria, destaca-se o facto dos resultados indicarem que a Catarina sente que é a pessoa (da família nuclear) que recebe mais atenção e afecto da mãe adoptiva, e que além disso, sente que esta a protege.

Em relação a sentimentos e atitudes que nos permitem inferir sobre a sua auto-estima, deparamos com alguma ambivalência, pois, a Catarina atribui a si mesma, sentimentos negativos leves e positivos leves que contrabalançam na sua auto-imagem.

Após a personagem da Catarina, aparece o avô a quem a Catarina atribui sentimentos negativos e parece acreditar que o avô adoptivo possui em relação a ela, sentimentos negativos leves. Contudo, faz pouco referência ao avô, não expressando grande proximidade deste. Este aspecto, faz pensar na real atribuição dos sentimentos, se ao avô adoptivo, se ao avô biológico.

Por fim, com menor atribuição mas sempre positiva, surge a avó a quem atribui sentimentos positivos leves e parece sentir que este elemento da família gosta dela. Contudo, é o elemento da família menos representado e com quem parece estar emocionalmente menos envolvida.

Em suma, a Catarina manifesta o desejo de pertencer à família adoptiva, contudo, as suas inseguranças e medos, que resultam das suas experiências familiares passadas parecem dificultar a construção de uma relação de confiança e segura com a família adoptiva.

A Catarina manifesta na maioria sentimentos positivos em relação à sua mãe adoptiva, mas, ainda não consegue sentir que esta a ama o suficiente. Revela a necessidade de afastar sentimentos negativos da relação com a sua mãe mas não conseguindo confiar plenamente no amor que esta sente. Parece viver numa inconstância de sentimentos, pois quer ser amada e dirige os seus sentimentos positivos à sua mãe mas não consegue recebê-los da mesma forma.

Em relação, ao seu avô adoptivo, parece que a Catarina, na tentativa de integrar o seu passado como seu presente, esteja a “confundir” afectivamente os dois avós. Mais especificamente, parece que a palavra avô está carregada de afecto negativos, de acordo, com as suas vivências e relação com o seu avô biológico (ver anexo 6)

Caso III
A menina Joana

Enquadramento do caso

Dados de Identificação

Nome: Joana

Sexo: Feminino

Idade: 6 anos e 11 meses

Data de nascimento: 31 de Agosto de 2001

Escolaridade: 1º ano do ensino básico

História actual

A Joana foi retirada do seu agregado familiar aos 6 anos de idade, uma vez que o agregado familiar materno não reunia condições para sustentar um crescimento saudável da mesma.

Em Março de 2008, a Joana foi integrada numa família adoptiva, objectivando a adopção plena da menor.

Actualmente, os pais adoptivos encontram-se a promover as diligências visando a adopção plena da Joana (ver anexo 7)

Entrevista Clínica

São um casal muito comunicativo e simpático. Durante a entrevista o casal revelou uma maturidade e capacidade parental assente num bom entendimento conjugal e num clima afectivo entre os quatro membros familiares. Sentam-se, pai e filha, num sofá maior enquanto a mãe num sofá individual, tal como o filho.

Da motivação para a adopção, revelam ter sido uma decisão ponderada por ambos, tendo a iniciativa a mãe. Apesar da mãe não ter dificuldades em engravidar refere que não sente a necessidade de uma maternidade biológica e neste sentido, sente-se mais realizada com uma maternidade adoptiva, arrastado, o pai, aceita esta decisão e juntos entraram no processo de adopção motivados e conscientes das repercussões deste projecto.

O pedido do casal é específico, uma menina, uma vez que já tinha adoptado antes um menino.

Com a entrada da Joana, o sistema familiar é necessariamente modificado por meio a adequar-se às necessidades desta criança. Facilmente é integrada na organização familiar e os pais mostram-se satisfeitos com a sua chegada, tal como o seu irmão.

A partir do momento em que a Joana fica a viver com esta família, mostra-se mais tranquila e alegre por não ter de voltar a instituição e, ao mesmo tempo, por sentir pertença a uma família. Desde muito cedo profere as palavras “mãe”, “pai” e “mano”.

Após ter sido confiada ao casal, mostra-se uma criança alegre, espontânea e muito sedutora.

De entre os comportamentos preocupantes encontradas pelos pais, referem a não diferenciação no contacto com estranhos. Para esta criança, os estranhos são figuras a quem se deve agradar igualmente através de uma atitude dócil e calorosa.

A Joana passou por um período inicial em que obedecia cegamente a aos pais numa atitude de lhes agradar. Quando saía com os pais tentava dar atenção a tudo o que estava ao seu redor.

Actualmente, os pais referem que a Joana apresenta comportamentos de oposição e confronta os pais, uma vez que se encontra cada vez mais segura. Com isto parece estar a fazer um teste à capacidade dos pais gostarem dela como ela é e assim assegurar-se de que não vão abandoná-la como anteriormente aconteceu.

Confessam também que sempre tomaram uma atitude assente na honestidade, nunca escondendo nada sobre a sua situação anterior à adopção. Com a Joana, a cada passa que davam no processo de adopção (a cada decisão judicial) referem ter mostrado sempre alegria, de forma a fazê-la sentir-se cada vez mais um membro da família e ela mostra cada vez mais uma atitude mais segura nos vínculos que estabelece, não mostrando uma vinculação indiferenciada, tal como era visível no início do processo.

Com o irmão, demonstra uma grande cumplicidade e os pais confessam que se relacionam como dois irmãos, sendo que brigam com alguma frequência mas também se mostram muito unidos. A sua relação com o pai e com a mãe é espontânea e fluida, parecendo existir uma maior proximidade com o pai. Esta proximidade, deve-se possivelmente porque este mostra-se mais afectivo e caloroso do que a mãe, no entanto esta não se revela como uma pessoa fria.

Durante a entrevista a Ana mostra-se ansiosa, tímida e de meio sorriso, escondendo-se o rosto no colo do pai porque sabe que venho falar sobre ela própria e sobre a sua família.

Teste “Era uma vez...”

Da observação das sequências organizadas como resposta aos cartões que apresentam situações ansiogénicas ressalta uma imediata negação dessa emoção, de um modo geral através de fugas pela fantasia. Verifica-se sistematicamente, que esta forma de defesa da emoção ansiosa não revela qualquer eficácia, na medida em que os finais das histórias organizadas pela Joana são mais angustiantes do que os estímulos apresentados nos cartões correspondentes.

A situação escolar parece particularmente angustiante e ameaçadora.

No que toca ao convívio com os pares surge um desejo de reconhecimento, o qual necessita algo de especial, por parte de Joana, para se poder concretizar. Ela sente a necessidade de mostrar aos outros como é capaz de pescar um peixe para que eles a aceitem. Aqui reside alguma fonte de frustração, pois a Joana não parece sentir-se segura da sua capacidade e valor. No entanto ela mantém-se na expectativa de poder receber gratificações. Neste sentido, parece preparada para beneficiar do projecto de vida no qual se encontra neste momento. A Joana revelou que tem esperança de que na nova relação parental seja possível reparar o seu passado desestruturante e que as novas figuras parentais sejam securizantes, que possibilitem a interiorização de imagens mais seguras e protectoras.

Na projecção da criança os pais não podem dar o apoio que ela procura e necessita e o abandono e a rejeição que vivenciou na relação com as figuras parentais biológicas ainda aparecem muito presentes (ver anexo 8).

Teste das Relações Familiares

A Joana aderiu bem à prova, envolvendo-se nesta e parecendo motivada. As suas escolhas causaram-lhe sempre muitas dúvidas e hesitações.

Na organização e disposição das figuras da sua família, a Joana escolheu o irmão, o pai, a mãe, os avós paternos, o primo Salvador, a tia Sofia, o tio Paulo, o tio João e o tio Benfiquista; no entanto durante a prova atribui somente frases a alguns destes membros da sua família adoptiva, entre os quais o irmão, o pai, a mãe o primo Salvador e o avô paterno. Os elementos escolhidos, traduzem-se nos membros reais e mais chegados da sua família adoptiva, isto é, as figuras já interiorizadas no seu mundo interno.

De acordo com a interpretação dos resultados, da distribuição dos itens - sentimentos recebidos e enviados – a Joana dirigiu a maior parte dos cartões para a figura representativa do seu primo, Salvador. Este aspecto evidencia a sua maior proximidade e envolvimento emocional com este membro da família adoptiva.

A Joana escolhe a figura do Salvador para atribuir um número significativo de sentimentos quer sejam positivos quer sejam negativos, fortes e leves e também os que são dirigidos a ele e recebidos por ele. A maioria dos itens relaciona-se com os sentimentos que nutre pelo outro e vice-versa. Neste sentido, os dados apontam para uma valorização positiva da figura do Salvador e uma relação de ambivalência sem sentir insegurança face ao mesmo, uma vez que foi capaz de apontar características positivas bem como negativas, o que denota uma relação saudável e não baseada na idealização.

Seguidamente, deste membro, o elemento com mais itens atribuídos é a figura representativa do avô. A maioria dos itens escolhidos, relaciona-se com afectos e sentimentos recebidos pelo outro, neste caso pelo avô, estes itens correspondem na sua maioria a sentimentos positivos fortes. Estes dados apontam para uma valorização positiva deste membro, ainda que não tenha atribuído, em relação a ele, todos os sentimentos positivos da personagem. Este facto pode ser explicado pela proximidade que tem com este membro e pela sua atitude dócil e calorosa que manifesta pela neta.

Depois deste elemento, surge a figura representativa do seu irmão. Os itens escolhidos são maioritariamente, os sentimentos enviados negativos leves e, seguidamente, negativos fortes. Para além destes, verifica-se também uma incidência maioritariamente nos sentimentos de protecção maternal, tendo este apresentado um maior número de recepção de sentimentos de

protecção maternal. Este dado revela um sentimento de insuficiência em relação à dedicação e protecção materna em detrimento da postura desta em relação ao seu irmão. No que toca à indulgência, a Joana revela que existem sentimentos em relação a si por parte do pai e nenhum em relação ao seu irmão e em relação à indulgência maternal verifica-se em relação a ambos. Este dado é indicador de uma maior proximidade afectiva em relação ao seu pai.

De acordo com o dito anterior, posteriormente aos membros referidos, seguidamente, o elemento com mais itens atribuídos é à figura paterna. Este aspecto evidencia a sua maior proximidade e envolvimento emocional, de entre as figuras representativas do exercício parental. A maior diferença é revelada nos sentimentos recebidos em maior número por parte do seu pai, em detrimento da sua mãe. Mostrou-se capaz de identificar quer sentimentos positivos quer negativos em relação a ambos, no entanto na sua maioria são sentimentos recebidos pelo outro. Este facto é revelador de uma relação especial e filiativa, na qual esta criança é alvo de atenção e cuidados que nunca teve, demonstra um sentimento de pertença a esta família e uma auto-estima elevada, o que revela o início de uma relação parental com características de uma relação segura. Igualmente à figura representativa do pai, encontra-se a tia, na sua maioria de itens, são caracteristicamente, os recebidos quer leves quer fortes. Este facto é revelador de um sentimento de segurança e uma auto-estima elevada; sente-se amada por este membro da família bem como por todos os que referiu no respectivo teste.

Em relação aos itens aplicados à figura “ninguém”, verifica-se uma tendência para os sentimentos negativos, no entanto não são valores significativos, o que revela um sentimento de pertença a esta família assente numa relação de segurança, uma vez que foi capaz de atribuir sentimentos de cariz negativo, aponta para uma relação não idealizada. Esta situação parece realística e demonstra a existência de vínculos relativamente seguros com a família.

Em suma, a Joana demonstra um grande envolvimento com todos os membros interiorizados no seu mundo interno, experimentado com ambivalência. Esta situação revela a que a sua família se mostra capaz de reparar o seu passado, demonstra capacidade parental e disponibilidade de todos os membros mais próximos e interiorizados por si. Neste sentido, o projecto de vida implementado para a Joana mostra-se como benéfico para o desenvolvimento harmonioso de Joana.

A parentalidade filiativa vai ao encontro do desejado, neste caso, o Superior Interesse da Criança desprovida de um ambiente saudável ao seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

A Joana sente fazer parte da família adoptiva, isto é demonstrado pelo grande número de itens de superprotecção e de indulgência paterna, materna que distribui por si e pelo irmão, estes itens foram também atribuídos ao seu avô e tia, o que revela um investimento privilegiado da Joana com outros membros da família.

Não se verificou mobilização de defesas que a protegesse da realidade, durante a aplicação da prova, o que não comprometeu a sua coerência. Também não se manifesta a presença de idealização de uma das figuras familiares, nem deslocamento.

Visto ser um novo elemento na família, é natural que se sinta insegura, daí ter atribuído um ou outro sentimento negativo fortes a “ninguém”, até pela sua idade em que é adoptada, sente a atitude das figuras parentais ao tentar corrigir certos comportamentos seus e, ao mesmo tempo, demonstrando grande afecto (ver anexo 9).

Discussão e Análise dos resultados

Na análise dos dois primeiros casos (Filipa e Catarina) encontram-se resultados com diversos pontos em comum. Contudo, no último caso, devido a uma criança um pouco mais nova e por se encontrar numa família onde existem dois adultos envolvidos, de uma forma apaixonada, os resultados são significativamente diferentes.

É desejável que a criança nasça numa situação preferencialmente dois adultos, ou pelo menos um, se encontram envolvidos com ela, de uma forma apaixonada. A relação que se estabelece, em que o aspecto material dos cuidados surge espontaneamente, como uma consequência natural da força e da autenticidade dos afectos, é um elemento decisivo para a plena humanização do bebé e para o seu percurso como pessoa. (Bowlby, 1981b). Segundo Salvaterra (2003), o desenvolvimento da criança deve dar-se, preferencialmente, no âmbito de uma relação parental de qualidade, que lhe é necessária para poder crescer de forma saudável e equilibrada. Esta relação deve incluir prestação de cuidados básicos, comportamentos de carácter afectivo e emocional. Sendo que tal não aconteceu com a Filipa na sua família de origem devido ao tratamento negligente praticado pelos seus prestadores de cuidados, comprometendo assim o seu desenvolvimento e a sua capacidade de estabelecer relações afectivas de qualidade, estáveis e duradouras com o outro. Meltzer defende que a família deve desempenhar quatro funções fundamentais: gerar amor, promover esperança, conter o sofrimento mental e ensinar a pensar (Diniz, 1994).

Crianças com carências maternas, muitas vezes, apresentam várias dificuldades no seu desenvolvimento, como é o caso da Filipa, apresenta fraca eficiência intelectual, atrasos de linguagem, fraca organização espaço-temporal, atrasos de coordenação psicomotora e na capacidade simbólica e na capacidade de resposta social, dificuldades de aprendizagem, é desatenta, instável e desinteressada do contexto escolar. (Soulé, Lauzanne & Leblanc, 1995).

As consequências psíquicas do abandono aumentam a sensibilidade a qualquer separação. Neste sentido, uma criança com receio de abandono não larga nem tira os olhos da mãe, por se sentir sob a ameaça permanente de ser esquecida (Berger, 1997/2003). Outro aspecto evidente no caso acima descrito, portanto, o facto de Filipa ter vivenciado experiências de abandono psicológico, dificulta-a a confiar no outro, apesar dos movimentos de aproximação desta nova mãe adoptiva, a Filipa ainda demonstra dificuldade em atribuir sentimentos negativos fortes,

recebendo assim o “ninguém”, neste sentido, a Filipa demonstra uma constelação defensiva assente numa recusa dos sentimentos hostis para com a família ou da família para com ela. Este mecanismo impede uma maior compreensão da ambivalência com a figura parental estruturante, no entanto parece que não há uma idealização, uma vez que é capaz de atribuir sentimentos negativos leves, ou seja, menos hostis, a alguns membros da família, à sua mãe, avó, Joshua e ao Ari e também a si própria.

Na minha opinião, as crianças que sofreram um abandono por parte dos seus pais e, conseqüentemente, uma institucionalização, usualmente, revelam um funcionamento clivado. Existem similarmente, nelas partes bem adaptadas à realidade e, partes antigas (não adaptadas à realidade), que podem ressurgir com a violência dos sentimentos que viveram quando bebés ou pequenas. (Berger, 1997/2003. É, similarmente, comum e surpreendente aferir que estas crianças, idealizam e preservam o vínculo que as une aos pais. Sabem que estes tiveram comportamentos desadequados com elas, contudo, na maior parte dos casos, estas crianças, como é o caso da Filipa, pensa que a responsabilidade do que se passou não é aplicável aos pais, formulando a ideia de que estes foram esforçados a abandoná-la e assume a responsabilidade e a culpabilidade do seu próprio abandono. Esta idealização e clivagem impedem o acesso à ambivalência, constituindo um obstáculo ao desenvolvimento psíquico da Filipa, impedindo-a de ver que os pais biológicos foram para si inadequados, embora com algumas facetas (Berger, 1997/2003). Tal culpabilização foi sentida por Filipa como confirmada quando pela via da adopção, foi-lhe atribuída uma família monoparental, portanto Filipa revela sentir que poderá ser o alvo da desavença de uma casal de pais, agravando-se deste modo a sua culpa.

De um modo geral, sinto que deste caso ressalta a necessidade de Filipa em estar em constante mudança de brincadeira. Neste sentido, é evidente a agitação motora como uma defesa para evitar o pensamento que se encontra desordenado. No percurso de vida de muitas crianças instáveis ressalta um défice na relação com o objecto primário, em que a “instabilidade é simultaneamente uma defesa e um estado: uma defesa, no sentido em que é o meio mais primitivo que um bebé numa situação de abandono, à deriva face a um vivido de angústia muito arcaica, pode utilizar; um estado, porque, como sublinha A. Ferrant, já se pode falar neste período da “presença” de um sujeito capaz de elaborar uma defesa” (Berger, 2001). Segundo Winnicott (citado por Berger, 2001), o “holding materno” permite ao bebé passar normalmente de um estado de não integração a um estado de integração no qual ele pode sentir uma certa unicidade

entre os seus pensamentos, os seus movimentos pulsionais e o seu corpo. Neste sentido, a prestadora de cuidados da Filipa não se mostrou capaz de cumprir esta função de uma forma suficientemente boa. Perante o que refere Ciccone (citado por Berger, 2001), posso concluir que a Filipa utiliza essencialmente uma estratégia objectivando a diminuição da angústia sentida, o “movimento perpétuo”.

“A hipótese de um holding deficiente pode corresponder à maneira como as crianças instáveis largam os seus pensamentos ou os objectos como se não tivessem podido interiorizar a função de suporte, de sustentação, dos cuidados maternos. Ela pode explicar a recusa da dependência, como se depender fosse correr o risco de ser largado. Mais vale então controlar permanentemente a relação.” (Berger, 2001).

É importante ainda salientar, que as crianças adoptadas tardiamente, como foi o caso dos três casos, reúnem no seu mundo interno um passado caracterizado por experiências muito negativas e que estão relacionadas com problemas do processo de vinculação, pelo facto de terem sido abandonadas ou terem vivido outro tipo de negligencia e/ou maus tratos (Palácios e Sanchez, 1996).

Em suma, provêm os três de famílias desestruturadas e disfuncionais, negligenciadas e sujeitas a ambientes hostis, essencialmente caracterizados por violência doméstica ou exposição à dependência de álcool dos pais. Não sendo permitido à criança a presença e constância de uma figura securizante e contentora, esta vê-se igualmente impossibilitada de alcançar determinadas etapas do seu desenvolvimento, nomeadamente físico e psicológico. No desenvolvimento mais precoce, cada criança deverá atingir de forma satisfatória a construção de um bom objecto interno, o que não aconteceu a nenhuma destas crianças. O que vai levar a uma narcisização deficiente e numa busca de diferenciação e vai comprometer a sua individuação. Consequentemente, levará a uma indiferenciação, inadequação de respostas e falta de imagem especular; incapacidade em estabelecer contacto visual; indiferenciação com estranhos; sentimentos de inferioridade, desvalorização, superinvestimento de imagos idealizadas; atrasos por falta de estimulação; o bebé não foi submetida a uma relação apaixonada ficando comprometida a elaboração e interpretação dos “conteúdos” bebé nem “continente” materno que permitissem a uma separação entre o eu e o não eu; falta de segurança, independência e hiperdependência, dificuldades nas identificações, fraca constituição egóica e de sentido de identidade. Estas características encontram-se nos três casos referidos neste trabalho. Tanto a

Filipa como a Catarina e a Joana revelam dificuldades de socialização. As dificuldades escolares, como seria de esperar, estão presentes nos três casos, consequência directa da falta de estimulação precoce, que leva às dificuldades de concentração e atenção. Segundo Becker-Weidman (2003) é vulgar encontrar nesta população diagnósticos secundários de perturbação hiperactiva com défice de atenção associados às perturbações na vinculação.

No **Teste das Relações Familiares**, a Filipa e a Catarina apresentam resultados muito similares. Ambas manifestam o desejo de pertencer à família adoptiva, contudo, as suas inseguranças e medos, que resultam das suas experiências familiares passadas parecem dificultar a construção de uma relação de confiança e segura com a família adoptiva. Apontam sentimentos positivos em relação à respectiva mãe adoptiva no entanto ainda não conseguem sentir que esta ama cada uma das suas filhas o suficiente, isto é visível no evitamento do confronto da atribuição de sentimentos negativos da relação com a mãe, pois não confiam plenamente no amor que sente, neste sentido, deslocam os sentimentos mais hostis para a figura “ninguém” de forma a não confrontar, idealizando. Parecem ambos vivenciar experiências baseadas na inconstância do objecto interno desta figura prestadora de cuidados, pois pretendem o amor do objecto, então dirigem os sentimentos positivos, no entanto não são capazes de recebê-los da mesma forma. Há uma tentativa de integrar e reparar de ambas as partes no entanto o passado impõe-se e sente dificuldade na valorização pessoal, comprometendo assim a auto-estima. Este facto encontra-se associado quer a idade que foram adoptadas e quer ao facto de ainda nesta relação sentirem a culpabilização de não serem suficientemente boas para serem merecedoras de uma parentalidade. O facto de terem sido adoptadas por mães solteiras também se mostra dificultar este processo. Pois tal como anteriormente não eram merecedoras de um ambiente harmonioso agora também tal acontece e somente puderam ter uma mãe, pois poderia pôr em risco a relação triangular, tudo isto coloca as duas crianças em sofrimento e caracteristicamente inseguras do seu valor e capacidade pessoais.

Todas elas revelam uma postura regressiva ao atribuírem a si um grande número de itens de superprotecção parental, principalmente a Filipa e a Catarina. Este facto é compreensível, do ponto de vista psicológico, que para as crianças tendo sido adoptadas tardiamente, os pais apresentarem um hiperinvestimento e uma preocupação que, não sendo necessariamente mais intenso do que de um bebé se tratasse, isto é, derivado à sua idade, as crianças já dispõem de um aparelho de pensar e de sentir que um bebé não dispõe, o que lhes permite darem-se conta deste

hiperinvestimento parental iniciado há menos de dois meses. São também as duas crianças mais velhas (Filipa e Catarina) que apresentam um maior número de comportamentos disruptivos necessitando de atenção e intervenção constantes das mães adoptivas.

No caso da Joana, esta apresenta um grande envolvimento com o irmão e o primo potencializado pela proximidade das idades, com quem estabeleceu uma relação afectiva de uma ambivalência estruturante. Na distribuição dos itens, atribuiu a ambos itens positivos como negativos e leves como fortes. O ajustamento da Joana à família é facilitado por estas duas ligações, manifestando-se na cumplicidade observada na primeira entrevista, no caso do irmão.

A Filipa encontra-se preferencialmente vinculada à mãe, comparativamente com as restantes figuras familiares por ela identificadas. Pelo medo de abandono, dirige à mãe muito poucos itens negativos, tal como acontece no caso da Catarina.

No que toca à prova **Era uma vez**, os resultados são mais homogéneos. Todas elas revelam uma negação das emoções ansiogénicas dos cartões apresentados. Ambas adoptam uma postura de evitamento através do uso da fantasia na escolha dos cartões para a sequência da história, bem como no relato da mesma.

A Filipa mostra-se mais insegura na relação com a prestadora de cuidados, sentindo uma insuficiência nos cuidados veiculados pela mãe, este facto é evidente quando no final da maior parte das histórias a personagem encontra-se sozinha, recorrendo pouco ao outro para a solução dos conflitos ansiogénicos com que se depara. Já a Catarina, recorre mais ao outro, logo há uma interiorização da figura prestadora de cuidados mais fortalecida. Este facto deve-se essencialmente à maior disponibilidade afectiva e movimentos de aproximação que a mãe da Catarina é capaz de mobilizar. É evidente no caso da Filipa uma dificuldade de manifestação de afectos durante a primeira entrevista, portanto impõe-se a qualidade da interacção como um dos factores mais preponderantes no estabelecimento dos vínculos afectivos próprios de uma vinculação filiativa.

A Joana demonstra uma grande necessidade de reconhecimento na relação com o outro, neste sentido adopta em grande parte dos cartões uma postura super-egóica tentando colmatar a sua insegurança no relacionamento inter-pessoal.

Conclusão

O objectivo deste estudo é o de explorar a forma como se processa a adaptação e integração a uma nova família quando a criança é adoptada tardiamente.

A primeira infância destas crianças impôs-se caracteristicamente como difícil e dolorosa, uma vez que nasceram num ambiente desorganizado, com pouca disponibilidade para as receber.

Objectivando melhores condições de vida, foram retiradas das famílias e acolhidas em instituições, privadas de uma relação afectiva com uma figura significativa.

Uma vez adoptadas tardiamente, amontoam recordações passadas (da família, dos maus-tratos, da instituição). Crescem num ambiente pouco facilitador, impessoal e sobrevivem na esperança de um dia terem um pai e uma mãe.

Ambos os casos explorados neste trabalho, revelam uma vontade de pertencer a uma nova família. Como descreve Winnicott (1969), eram crianças que por meio de luta anti-depressiva, através de comportamentos de sedução, agressividade e/ou independência, era existente uma parte em sofrimento, consciente da necessidade de ser amada, a parte que ainda não tinha perdido a esperança.

No que toca às famílias que receberam estas crianças, revelam capacidades educativas assentes no diálogo e empenho, as quais mostram-se capazes de elaborar e reorganizarem as experiências desestruturantes das crianças oriundas de ambientes hostis, permitindo-lhes assim fazer o luto das figuras do passado. São também famílias motivadas para uma paternidade adoptiva emostram-se capazes de compreender, conter, aceitar e reparar o passado, bem como as angústias e comportamentos consequentes da separação e institucionalização.

Estes processos são daqueles em que é mais notório os efeitos verdadeiramente de um tratamento negligente, tanto ao nível de saúde, mas principalmente de falta de uma estimulação das crianças que as aniquila como seres humanos de qualidades social, que diminui de forma drástica o seu desenvolvimento, e que compromete de forma decisiva o seu direito a serem tratados de forma igual, materialmente, e de poderem no futuro serem cidadãos felizes, com sucesso de acordo com as suas capacidades naturais.

Assim sendo, somente a adopção pôde garantir as relações afectivas e cuidados adequados, permitindo estruturar-se cada um deles como pessoas capaz de enfrentar a sua vida a nível pessoal e profissional.

É permitido concluir que nos três casos há uma boa adaptação e integração à respectiva família e o processo de estabelecimento de uma nova vinculação, decorrendo por ciclos, como se as crianças fossem fechando as designadas “gestalts” que ficaram por conter pelos pais biológicos, estas ocorrem à medida que vão sentindo uma maior confiança e segurança na nova família.

No entanto as integrações ocorreram de formas diferentes.

No caso da Joana, o conjunto de comportamentos disruptivos dificultaram a sua integração e adaptação na família adoptiva. A sua estrutura narcísica de compensação, em que sente a necessidade de agradar e de se mostrar sedutora para ser amada, foi a forma como arranjou para sobreviver às experiências desestruturantes. A tarefa principal dos pais desta criança é a de fornecer uma base segura permitindo a construção da representação das imagos parentais estruturante que dê novos contornos à sua estrutura superegógica e de uma valorização narcísica muito grande.

É evidente que a vinculação da Joana à sua família foi beneficiada pela presença de um filho adoptivo do casal. Por terem idades próximas, construíram uma relação de cumplicidade e proximidade, o que permitiu ganhar mais confiança nas figuras parentais. É notório neste caso o facto de Joana estar a viver o Romance Familiar, reparando com as novas figuras parentais as figuras parentais biológicas. Este comportamento de segurança, alegria e enamoramento, revela-se um teste à constância dos pais e como uma procura de resolução do seu romance familiar idealizado anteriormente com os pais biológicos.

A Joana é a criança que se mostra mais vinculada à família e, logo mais segura. A construção destes laços revela estar numa fase mais evoluída, comparativamente com as outras duas crianças. Este facto deve-se essencialmente ao grande investimento afectivo dos pais, com o fortalecimento desta relação triangular, Joana deixará de sentir a necessidade do investimento narcísico que faz em si, bem como a necessidade de agradar àqueles com os quais não tem uma relação diferenciada se perderá com o aumento da segurança na permanência das imagos parentais.

A Filipa apresenta uma postura regressiva e revela-se uma criança solitária. Mas anseia pelo contacto, no entanto as características da sua mãe são uma entrave para permitir uma segurança reparadora e potencializadora. Esta sua falha na comunicação afectiva tem vindo a melhorar desde o início do processo, neste sentido a sua mãe mostra-se muito preocupada e atenta às necessidades da Filipa, no entanto revela-se menos afectuosa que os outros pais. A Filipa pode assim identificar-se a estas características da sua mãe e construir uma identidade mais segura.

Das interacções observadas, denota-se indícios de uma relação gratificante, no entanto a Filipa precisa de um trabalho de ligação entre representações e manifestações de carinha para se sentir mais amada, conseqüentemente, mais segura.

A relação é ainda um pouco insegura e a Filipa revela a necessidade de mais tempo para aprender a confiar e para ser capaz de um maior investimento na figura parental. Com o sentimento crescente da constância do objecto, a sua vinculação tornar-se-à assente em bases mais seguras e próprias de uma filiação. Na construção do self, a Filipa precisa de um grande trabalho de elaboração mental, sem tabus, para poder ligar as diferentes representação da díade e formar uma estrutura mais coesa e isto é possibilitado através da confiança nas figuras de vinculação.

A Catarina , não tão insegura como a Filipa, revela ainda a não constância da figura de vinculação. Revela ter consciência da permanência do objecto, uma vez que solicita grande parte das vezes na prova Era uma vez, o auxílio do adulto visando a solução e o apoio para a situação ansiogénica.

Na relação interpessoal, revela que a estabelece por meio da competição, o que é próprio de crianças institucionalizadas, na relação com a sua mãe ainda não foi capaz de reparar este comportamento de sobrevivência.

A Catarina procura e necessita ainda de um maior apoio, pois o abandono e a rejeição sentidas, conseqüentes da separação precoce, parecem estar ainda muito presentes. Apesar de sentir apoio e dedicação dos elementos da sua nova família, a falta de confiança em figuras internas protectoras ainda existe.

Em conclusão, é revelador através deste estudo exploratório que os laços filiativos impõem-se, em todos os aspectos, como mais importantes que os laços biológicos, uma vez que as

características da relação com a família biológica, não foram determinantes para o sucesso da adoção.

Consoante os resultados, todos eles encontraram uma família que os adoptou e com ela poderão ultrapassar as perturbações objectais e na construção da identidade, provocadas pela relação primária frustrante.

Encontra-se em ambos os casos, o mesmo sentimento de gratificação por pertencerem a uma família que é suficientemente boa e que lhes permite recuperar as aquisições comprometidas no passado.

Verificou-se também um melhor sucesso da adoção na família constituída por dois membros, existe assim uma maior tendência para se verificar um equilíbrio parental quando existem dois membros, um pai e uma mãe. Pois as famílias monoparentais é um factor de risco. No entanto, sem duvida alguma, será um melhor projecto de vida a adoção por uma família monoparental, do que a institucionalização. Impõe-se a necessidade de uma capacidade educativa e afectiva mais exigente de modo a colmatar a ausência de um membro importante no exercício da parentalidade. Uma vez que, uma mãe solteira pode fomentar uma relação simbiótica que, apesar de muito importante, se pode prolongar por demasiado tempo. É necessário assim que as duas crianças, Filipa e Catarina, sejam resilientes à falta de um pai.

Em suma, para as crianças adoptadas mesmo que tardiamente, é possível, através de uma qualidade da relação parental a pertença a uma família, permitindo estabelecer laços afectivos que lhes permitam um desenvolvimento equilibrado e assente em bases seguras e, para os pais adoptantes, a concretização da paternidade.

As três crianças apresentam comportamentos distintos. As suas experiências precoces têm em comum frustrações e separações dolorosas, mas aconteceram em períodos de vida com circunstâncias também elas diferentes. Duas delas foram adoptadas por uma mãe solteira e a outra por um casal com um filho adoptivo, mas que entre eles partilham a motivação para a parentalidade adoptiva.

A Joana mostra a necessidade de um objecto de amor e de apoio que nunca conheceu e que seja capaz de potencializar o seu desenvolvimento até aqui comprometido. A Filipa e a Catarina, pela idade mais avançada, apresentam comportamentos de sobrevivência que as protegem do confronto com o terem sido crianças mal-amadas e que, agora, dificultam o processo de

vinculação à nova família. Entre as três partilham a mesma necessidade de pertença a uma família.

A adoção mostra-se nos três casos, potencialmente, reparadora. Pela análise do desenvolvimento das crianças nas famílias adotivas, verifica-se uma série de aquisições básicas que aconteceram após a adoção que lhes permite uma crescente diferenciação identitária, com base numa relação de vinculação segura e em identificações às figuras parentais, agora constantes.

Referências Bibliográficas:

Bene, E. & Anthony, J. (1985). *Family Relations Test's manual – Children's version*.

Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.

Brazelton, T. (1987). *Dinâmica do bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Ciccone, A. (2000). *Observação Clínica*. Lisboa: Climepsi Editores.

Diniz, J. (1997). *Este meu filho que eu não tive: A adoção e os seus problemas*. Porto:Edições Afrontamento.

Ferreira, T. (2002). *Em defesa da Criança – teoria e prática psicanalítica da infância*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do Coração...Adoção e Comportamento Parental. *Análise Psicológica*, 2, XXII; 399-411

Gandres, C. (2000). *Morar em laços de afecto – adoção e a auto-estima das crianças adoptadas tardiamente*. Monografia de Licenciatura em psicologia clínica. Lisboa:ISPA.

Magalhães, T. (2002). *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.

Marcelli, D. (2005). *Infância e Psicopatologia*. Lisboa: Climepsi

Sá, E., & Cunha, J. M. (1996). *Abandono e Adoção: O nascimento da família*. Coimbra: Livraria Almedina.

Sá, E. et. al (2005). *Abandono e Adoção*. Coimbra: Almedina.

Salvaterra, F. (1996/97) A Perspectiva Sistémica na Adopção. *Cadernos CEACF*, 13/14; 87-93.

Salvaterra, F. & Felgueiras, I. (1998). Adoptar Uma Criança. *Revista Social*, 9,: 6-9

Salvaterra, F. (2003). A Adopção: No melhor Interesse da Criança. *Cidade Solidária*, 9, 44-49.

Soulé, M.; Lauzanne, K. & Leblanc, N. (1995a). La carence de soins maternels et ses effects. In: Nouveau traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent II. Lebovici, S.; Datkine, R. ; Soulé, M. (Eds). Paris: Presses Universitaires de France.

Soulé, M. ; Noel, J. (1995b). L'adoption. In: Nouveau traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent II. Lebovici, S.; Datkine, R. ; Soulé, M. (Eds). Paris: Presses Universitaires de France.

Strecht, P. (2000). *Crescer vazio: repercussões psíquicas do abandono, negligencia e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Winnicott, D. W. (1981). Le problème de l'adoption. In: L'enfant et sa famille. Paris: PBP

Winnicott, D. W. (1990a). A posição depressiva. In: Natureza Humana. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In: Da Pediatria à Psicanálise. Rio de Janeiro: Imago

Anexos

Anexo 1- Contextualização do caso Filipa

História de Vida/ História Familiar

Quando a Ana nasceu a sua mãe tinha somente 17 anos e o seu pai 22 anos. Os seus pais não viveram juntos tendo sido a sua mãe a sua única prestadora de cuidados, sem esta ser atenta e com capacidade para cuidar e educar uma criança (**falhas primárias ao nível da oralidade e das relações primárias**).

O seu agregado familiar é composto pela sua mãe, o seu padrasto e os seus irmãos (frutos do relacionamento da sua mãe com o seu padrasto).

O casal vivia numa casa sem condições de higiene e organização da casa, não cuidava dos filhos menores, deixando-os ao cuidado deles próprios e estes não eram acompanhados pelo médico de família (**negligência e desprotecção grave dos menores, não assegurando assim o bem estar físico e psicológico dos filhos, comprometendo um desenvolvimento equilibrado, feliz e seguro para ambos**). Para além disso, era a Ana que “cuidava” dos irmão, sendo que esta é a mais velha, tentando colmatar a falha da sua mãe adoptou uma postura protectora e mais adulta com os seus irmãos, quer no lar, quer posteriormente na instituição, na qual os três estiveram acolhidos (**pseudo-mãe e de uma forma inconsciente, esta mãe delegou as suas funções maternas para esta filha. A pseudo-maturidade caracterizada pela inversão de papéis na parentificação da criança ao assumir o papel de responsável e protector dos irmãos, constitui um efeito negativo no desenvolvimento psicossocial da criança (Alberto, 2004)**).

Em 2000 a família passou a ser acompanhada por uma CPCJ por denúncia apresentada pelo Centro de Saúde, por alegado tratamento negligente dos menores quanto à alimentação e que ficavam sozinhos em casa (**negligencia grave**).

Em 2003 na CPCJ voltou a receber uma denuncia através do Projecto de Apoio à Família e à Criança também por alegado tratamento negligente dos filhos a vários níveis, designadamente, porque a mãe passava fora de casa dias inteiros, deixando os menores em casa sozinhos, sendo o irmão mais novo ainda bebé na altura, tendo sido uma vez encontrado deitado no chão pela avó do mesmo, a denúncia referia ainda que os menores não eram alimentados nessas ausências, para além de se encontrarem sujos (**desprotecção grave e delegação das suas funções maternas**). Na mesma altura a mãe dos menores

deslocava-se frequentemente a Azeitão onde tinha sexo com outros homens, levando por vezes o menino mais novo.

Em 2005, já noutra residência, pelas mesmas razões chegaram denúncias à CPCJ da nova localidade.

Em Janeiro de 2005, a Ana esteve duas semanas ausente da escola, por ter sido entregue a uma pessoa, não identificada, por a mãe ter considerado que não tinha condições para a ter, tendo sido depois a avó materna que a foi buscar a casa dessa senhora, levando-a de novo para o seu primeiro local de residência **(delegação das suas funções maternas)**. Posteriormente, como a menor chorava, a avó voltou a levá-la para perto da mãe, voltando depois à escola. A partir desse momento, consta-se que a menor ficou muito destabilizada do ponto de vista emocional, chorando sempre que a mãe a deixava na escola, dizendo “oh mãe, não me deixes, não me deixes, eu gosto muito de ti” **(deslocamento; culpabilização da atitude materna; sentimento de necessidade de compensar a mãe, manifestando que gosta dela, pensando que assim a mãe não a deixará; Pode-se dizer que adoptou uma atitude sedutora. Insegurança face à mãe, pois uma vez que a abandonou passou a não confiar)**.

A Ana tinha muitas dificuldades no aproveitamento escolar em todas as áreas **(tal como não entendia a vida emocionalmente, não estava disponível para adquirir conhecimentos escolares, uma vez que os conhecimentos sociais não tinham sido adquiridos)**; no início do ano escolar não distinguia as cores, nem sabia pegar num lápis, tinha grandes dificuldades de expressão, havia muita dificuldade em entendê-la **(pouco estimulada, precocemente, ambiente não motivador para o desenvolvimento harmonioso da menor)**.

A menor comia ao pequeno-almoço e ao jantar apenas cereais **(negligencia grave, falhas precoces ao nível da oralidade)**.

Em Junho de 2005, foi efectuada uma visita, apesar da resistência da progenitora e verificou-se que a cozinha estava imunda, com, por toda a parte, pilhas de loiça suja com restos de comida, um frasco com o que aparentava ter lagartos e cobras mortos, por cima do frigorífico **(negligencia e desprotecção grave, ambiente desestruturado, desprovido de bem estar saudável e não adequado para um desenvolvimento da menor)**. No quarto do casal, anexo à cozinha, encontrava-se a dormir a menor e o irmão mais novo, ambos destapados, o irmão apenas com fralda e a menor despida **(negligencia)**.

Consta-se que neste mesmo período, a menor, numa das vezes que foi deixada sozinha em casa com os irmãos, deitou fogo à casa **(desprotecção e negligencia grave, atitude**

contra a sua mãe por este ser um ambiente desprotegido e desestruturado, no qual a menor vivia).

A 28 de Junho de 2005, foi aplicada a favor dos menores, a medida provisória de protecção de acolhimento em instituição.

A menor foi institucionalizada a 20 de Julho de 2005.

Foi promovido um projecto de Apoio à Família e poder-se-á concluir que não foram cumpridos nenhum dos objectivos essenciais, designadamente, no que respeita às questões de saúde **(irresponsabilidade e incapacidade para cumprir com as funções maternas, ausência de relação e envolvimento com a filha, negligencia grave).**

No que concerne às visitas efectuadas pela mãe na instituição, havia **pouco envolvimento e interacção com a menor** e constatava-se que aquando da despedida a Ana não se mostrava angustiada com a despedida da mãe **(indisponibilidade materna; desligamento por parte da menor, uma vez que a sua mãe não era suficientemente boa, vinculação indiferenciada com a sua mãe).**

A menor apesar das dificuldades iniciais de adaptação, mostrou-se uma criança alegre, que gosta de estabelecer relações, facilmente estabelece vínculos afectivos com o adulto que sejam adequados e carinhosos com ela **(vinculação indiferenciada)** e é bastante comunicativa. Gosta muito de mimos e de estar ao colo das prestadoras de cuidados **(grandes carência afectivas, não sabe estar com o adulto de forma adequada à sua idade, adoptando uma postura regressiva).**

Com 8 anos e 5 meses, a menor ainda não era capaz de ter controlo dos esfíncteres, ocorrendo por vezes, enurese nocturna **(falhas primárias ao nível da analidade).**

História da Família Adoptiva

A Ana Sofia (mãe adoptiva da menor) tem 37 anos e é a filha mais velha de uma fratria de duas filhas. Nasceu e sempre viveu numa pequena aldeia com os pais e a irmã e sempre rodeados de uma família muito grande. Estes familiares moram todos perto e são todos muito unidos, frequentando regularmente a casa uns dos outros.

Considera ter tido uma infância muito feliz. A sua relação com os pais foi sempre boa, sendo uma relação de compreensão e de partilha, referindo que o pai é uma pessoa mais calma e a sua mãe mais expansiva, demonstrando assim que sentia os pais como securizantes. Com a sua irmã, sempre teve uma relação boa e quando eram mais pequenas tinham os arrufos normais da idade.

Os seus pais sempre tiveram uma relação de compreensão, partilha e sempre promoveram o diálogo. Quem impunha as regras na sua casa era mais a sua mãe e o seu pai não desautorizava, quando esta o fazia. Relativamente aos afectos e mimos eram dados por ambas as figuras parentais.

A Ana Sofia descreve-se como uma pessoa expansiva, impetuosa, teimosa, gosta de correr riscos, um pouco orgulhosa, lutadora e sempre disponível para os amigos; considerando-se uma pessoa presente.

No que concerne à parte afectiva, teve um relacionamento de alguns anos, mas chegaram à conclusão que eram diferentes e que tinham planos de vida diferentes e ainda hoje são amigos.

Manifesta ser uma pessoa mais funcional e menos emotiva.

Pediu uma criança até aos 8 anos, do sexo feminino, saudável, de raça branca. Não mostrou disponibilidade para receber fratrias.

A Ana Sofia aparentou ser uma pessoa muito ponderada, com boa capacidade de insight e auto-reflexão, equilibrada em termos psicológicos, aparentando ter boas condições para educar uma criança. Demonstrou ter bons modelos parentais interiorizados e capacidade para proporcionar à criança um bom modelo parental, bem como um bom desenvolvimento sócio afectivo, reunindo todas as condições para o fazer. Revelou uma motivação adequada.

Anexo 2 - Teste “era uma vez”

“Era uma vez...”

Análise e interpretação das respostas

CARTÃO I – Representa uma situação em que uma criança, ao passear com a mãe fica perdida. Sendo assim, é um cartão que evoca ansiedade de separação e que pretende avaliar o modo como a criança lida com o medo de abandono e/ou certeza da consistência da presença da mãe, enquanto figura interna securizante.

A menina foi passear com a mãe e distraiu-se a cheirar uma flor. Ficou perdida. E Agora, o que é que vai acontecer?

História criada pela Filipa:

“A seguir, chorou e gritou assim: mãe, mãe e depois “mãe, mãe, onde estás?”

Categorias das Cenas

Cena de Realidade

Cena de Aflição

Cena de Realidade

A Filipa, compreendeu de imediato a situação que o cartão apresenta, começou a ficar agitada e ansiosa, sendo visível que o que estava representado no cartão a perturbava. Não foi possível controlar a insegurança e incerteza sentidas em relação à situação ansiogénica.

Quanto às cenas que escolhe, a Filipa reconhece uma opção adaptada à realidade e perante a situação do cartão, recorre primeiramente a uma estratégia de acção para resolver a situação crítica. No entanto esta estratégia não é suficiente para elaborar a ansiedade sentida e opta por uma estratégia reveladora de uma relação insegura e mantém-se neste registo.

Tende a terminar a história com cenas de fantasia, que representam situações em que a personagem encontra, na fantasia, uma forma de aliviar a tensão, no entanto esta fica por

terminar. A sua verbalização mostra que não lida bem com a separação e não encontra recursos adaptativas

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Filipa não foi capaz de lidar com a ansiedade de separação, adoptou mecanismos de idealização tentando, desesperadamente, o aparecimento da sua mãe.

A ansiedade sentida não foi elaborada objectivando um final harmonioso, o que remete para a não consistência da presença da mãe adoptiva, enquanto figura interna securizante.

CARTÃO II – Representa uma situação em que a personagem está doente e necessita de cuidados médicos. Sendo assim, é um cartão que confronta a criança com ansiedades despertadas pelo medo da perda da integridade física, ou até mesmo da vida e medo do sofrimento psíquico. A experiência de ser cuidado e tratado corresponde, por vezes a uma situação de maior proximidade com os pais, o que poderá constituir uma compensação para aquela vivência.

A menina estava a dizer à mãe que se sentia mal. A mãe viu que ela tinha febre e chamou o médico. E depois? Agora continuas tu.

História criada pela Filipa:

“A seguir foi para o hospital, depois pensou que ia para o cemitério e depois quando viu os médicos de costas fugiu.”

Categorias das Cenas

Cena de Aflição

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

A Filipa reage ao cartão verbalizando, através das cenas escolhidas, o impacto negativo que a situação tem para si.

Quanto às cenas escolhidas, a Filipa começa por exprimir a sua ansiedade, optando pela escolha de um cartão que representa contextos ligados a emoções dolorosas. Apesar de responder com ansiedade, trata-se de uma resposta adequada à situação, não nega a sua aflição e procura resolvê-la. No entanto, o segundo cartão escolhido revela a ideia de morte e o medo que tem da perda da integridade física. Face à proximidade de adultos, que são

sujeitos de consolo do sofrimento, a Filipa tem uma reacção de fuga e opta por uma fantasia viável. Observa-se que perante uma emoção ansiosa intensa (ideia de morte) desencadeia a necessidade de uma solução de fantasia. Pode assim entender-se como a realidade dura do internamento faz perder o sentido dos benefícios secundários inerentes a eles (proximidade com adultos que cuidam e consolam o sofrimento). Neste sentido, a angústia de morte e a imediata defesa através de uma resolução fantasiada revelam a intensidade da sequela psicológica do acontecimento traumático vivido pela Filipa. Sendo que a sua experiência de vida parece constituir uma ameaça muito presente no seu mundo interno.

CARTÃO III – Episódio que retrata um passeio da personagem à praia, com os pais, e a expectativa de poder brincar com outras crianças. Sendo assim, é um cartão que representa um acontecimento agradável e prazeroso, mas que pode suscitar ansiedade. A análise da reacção da criança à possibilidade de convívio com os pares, permite esclarecer se, para ela, este convívio representa uma situação agradável ou é vivido como ameaçador.

A menina foi passear à praia com os pais. Estava a ver um grupo de meninos a brincar todos juntos. Voltou para o pé dos pais e pôs-se a pensar o que havia de fazer. E depois o que é que ela fez? Agora contas tu.

História criada pela Filipa:

“Depois foi cantar ao pé deles e os meninos gozaram. A seguir foi para o pé do pai e da mãe.”

Categorias das Cenas

Cena de Aflição

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

A Filipa tentou através de um comportamento sedutor relacionar-se com crianças no entanto sem êxito. O acontecimento é encarado pela Filipa como ameaçador e não como agradável. A ideia de conviver com outras crianças desencadeia desprazer e procura junto dos pais o consolo, pois ela foi objecto de troça das outras crianças. Salienta-se ainda a projecção do sentimento de ser rejeitada pelas outras crianças, claramente verbalizado.

Esta história parece falar-nos nas dificuldades na relação com as outras crianças da sua idade. Poderíamos colocar duas hipóteses que vão de encontro com a sua história pessoal: a relação de competição com as outras crianças em função das suas carências afectivas (característica típica das crianças abandonadas) e a não representação da sua aceitação pelas outras crianças associadas à sua necessidade de ser o centro das atenções de acordo com as suas inseguranças.

CARTÃO IV – Neste episódio, é representada uma situação em que a personagem acorda a meio da noite com um pesadelo. O medo do escuro, os terrores nocturnos e os pesadelos constituem experiências ansiogénicas comuns no desenvolvimento infantil. Não obstante, a sua persistência, frequência e intensidade da ansiedade associada a estes episódios, chamam a atenção para uma eventual perturbação.

A menina foi-se deitar. Adormeceu muito bem e depois acordou de repente com um sonho muito mau. Agora continuas tu.

História criada pela Filipa:

“A menina foi ter com os pais a contar que viu um monstro e depois matou.”

Categorias das Cenas

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

Cena de Aflição

A Filipa demonstrou ter ficado muito perturbada pela situação representada no cartão.

Quanto às cenas que escolhe, a Filipa começa por exprimir a sua ansiedade perante a situação do cartão. Tenta arranjar uma solução adaptativa objectivando o alívio da situação desconcertante.

Quanto ao conteúdo da história, A Filipa opta por uma atitude onipotente, tentando solucionar o acontecimento que se impõe como ansiogénico e de seguida demonstra aos pais que é capaz de solucioná-lo, como forma de se revelar capaz perante o adulto, mais uma vez

opta por uma atitude sedutora para captar a atenção do outro. Neste sentido, é através dos seus recursos pessoais que enfrenta a ansiedade sozinha de forma agressiva e maníaca.

CARTÃO V – Representa o dia de aniversário e pretende evocar uma experiência prazerosa. Para uma criança, este dia pode ser vivido como uma renovação e um recomeço, em que os presentes recebidos significam uma compensação para as dádivas de amor que desejam e não obtêm, ou não obtêm da forma desejada. Pelo contrário, não receber presentes poderá significar para a criança um castigo pelos seus impulsos agressivos e libidinais. Se a culpabilidade for demasiado intensa, o medo da decepção poderá levar à total supressão dos desejos, de forma que os presentes deixarão de lhe proporcionar verdadeiro prazer.

Era o dia dos anos da menina. Os pais estavam a dar-lhe os parabéns e os amigos também. Ela tinha um grande bolo de velas. E depois, o que é que aconteceu?

História criada pela Filipa:

“Soprou as velas e recebeu muitos muitos presentes. Depois abriu todos todos, que tinha tantos presentes.

Categorias das Cenas

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

Cena de Realidade

A Filipa, perante a experiência em questão, revelou um sentimento prazeroso. Este cartão revelou-se como um recomeço de uma nova vida, sendo que os presentes parecem significar um desejo de ser aceite na nova família e o início de uma nova etapa.

Quanto às cenas que escolhe, a Filipa não as adequa ao conteúdo da história. Escolhe um cartão que manifesta uma atitude maníaca, onde se encontram todos à sua volta, o qual não verbaliza.

A sua história baseia-se essencialmente na necessidade que sente em receber afecto o qual foi negado na sua família de origem.

CARTÃO VI – Retrata um episódio de discussão entre os pais, na presença da criança. Aqui o acontecimento ansiogénico resulta do comportamento dos adultos de quem a criança depende. A ansiedade resulta do conflito entre o medo e o desejo da separação do casal. Ao elaborar esta situação, espera-se que a criança revele a natureza da sua relação face aos pais, enquanto casal, num equilíbrio entre a proximidade em relação a cada uma das figuras parentais e a possibilidade de assumir a sua autonomia e, conseqüentemente, alguma distância em relação aos conflitos dos pais.

A menina e os pais estavam a comer. O pai e a mãe começaram a brigar e estavam muito zangados. E agora? Como é que continua?

História criada pela Filipa:

“Depois ainda continuaram e a filha começou a ficar chateada. Depois continuaram à briga e a menina chorava.”

Categorias das Cenas

Cena de Aflição

Cena de Aflição

Cena de Realidade

A Filipa compreendeu a história e começou a ficar ansiosa e triste.

Quanto às cenas escolhidas, a Filipa revela que os pais discutem e ela se encontra separada, no entanto tenta aproximar-se e o pai ralha com ela, finaliza a escolha com um cartão que revela uma impossibilidade de assumir a sua autonomia e distância em relação aos conflitos dos pais. Esta evidência remete-nos para os sentimentos de culpabilização das crianças em relação às desavenças entre os pais.

Quanto ao conteúdo da história verbalizada, a Filipa precisa de intensificar a sua revolta tentando resolver o conflito existente, no entanto não foi capaz de elaborar a ansiedade sentida face a este episódio. Mais uma vez a termina a história coma personagem isolada e em sofrimento, revelando assim a intensidade desta vivência interna da criança.

CARTÃO VII – Representa uma situação de aprendizagem escolar em que todas as crianças da aula sabem responder a uma pergunta da professora e a personagem não sabe. Este cartão pretende esclarecer o modo como a criança lida com as dificuldades em que todas as crianças – em maior ou menor grau – se deparam ao longo do seu percurso escolar. O facto da personagem estar em dificuldades e isso ser presenciado por todos os colegas pode ser vivido, por algumas crianças, como uma intensa desvalorização e perda de auto-estima.

A professora estava no quadro a explicar a lição. Depois fez uma pergunta. E todos os meninos sabiam responder menos esta menina. Agora continuas tu.

História criada pela Filipa:

“Depois os meninos começaram a olhar para ela e ela começou a pensar e depois foi fazer números.”

Categorias das Cenas

Cena de Aflição

Cena de Realidade

Cena de Fantasia

A Filipa reconhece a problemática e fica muito ansiosa. Esta situação ansiogénica causou-lhe uma grande perturbação, sendo necessária a fuga ao tema.

Quanto às cenas escolhidas, são reveladoras de um sentimento de insegurança e incapacidade e posteriormente revela o pensamento e vai responder de uma forma demonstrativa para toda a classe.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Filipa manifesta contrariamente à linguagem não verbal, uma passividade em relação ao conteúdo. Tem a necessidade de terminar a história de uma forma positiva, tendo no entanto escolhido uma cena reveladora de aflição, no entanto esta aflição é negada e dá um final positivo à história.

Perante as situações escolares, surge o sinal de que a criança tenha confiança nas suas capacidades para enfrentar as dificuldades, no entanto a omissão do cartão de aflição remete para a fuga dessa situação que é vivida como ameaçadora.

Nome dado à personagem: Anabela

Quem é? Uma amiga

História que mais gostou: a da Praia

Porquê? É a mais gira

História que menos gostou: a do Fantasma

Porquê? É assustador

História:

A menina ficou muito feliz por ter estas aventuras todas.

Anexo 4- Contextualização do caso Catarina

História de Vida

Quando a Catarina nasceu a sua mãe tinha apenas 16 anos. Os pais viveram em comunhão durante cerca de 3 anos sendo o seu relacionamento pautado por violência doméstica (**Ambiente familiar destruído pautado pela insegurança e agressividade**).

O casal vivia no agregado familiar dele, constituído pela mãe, padrasto e dois irmãos. Tratava-se de um agregado familiar disfuncional, no qual diversos elementos padeciam de problemas de alcoolismo e nos quais são frequentes os conflitos (**Problemas de dependência**).

A mãe da Catarina saiu de casa quando a menor tinha apenas 4 meses de idade. Desde então e até que ser foi institucionalizada, a mãe viu a filha 3 ou 4 vezes, sempre por iniciativa da tia paterna, a qual levou a menor aos locais de trabalho da mãe, para que esta a pudesse ver (**ausência de relação e envolvimento com a filha, delegação das suas funções maternas**).

Em 2001 foi regulado o exercício do poder paternal da Catarina, tendo a mesma ficado à guarda e cuidados do pai, ao qual foi atribuído o exercício do poder paternal.

Em 2002 a avó paterna apresentou queixa-crime contra o filho, alegando que, desde há cerca de um ano, este infligia constantemente maus-tratos à menor (**agressividade e maus-tratos paternos**).

Em 2003 a Catarina foi internada com um quadro grave compatível com ingestão alcoólica. A avó que acompanhou a menina ao hospital confirmou que ela tinha ingerido bebidas alcoólicas. Foi registado que a menina teria ingerido vinho ao jantar juntamente com os comprimidos da avó (**negligência**). Ambos os avós encontravam-se alcoolizados (**ambiente inseguro, avós com problemas de dependência**). Dada a situação familiar grave, foi decidido manter o internamento para esclarecimento da situação clínica e resolução do problema social.

Após o sucedido, surge uma tia paterna manifestando a intenção de assumir a responsabilidade sobre a sobrinha no sentido de evitar que esta fosse para uma instituição. No final do ano, a Catarina é aceite numa instituição.

Durante o 1º ano de acolhimento, a Catarina teve o apoio da tia paterna que a vinha buscar aos fins-de-semana. No entanto a partir de 2005 as visitas tornaram-se mais espaçadas e irregulares. A Catarina voltava triste das visitas. A partir de 2006 recusou-se a sair com a

tia, alegando que esta lhe batia (**ambiente hostil**). Era frequente a tia queixar-se do desempenho escolar da Catarina comparando-a com o seu filho.

História Familiar

Desde os 4 meses de idade da Catarina e até que esta deu entrada na instituição de acolhimento, a mãe apenas viu a filha $\frac{3}{4}$ vezes e sempre por iniciativa da tia paterna. Ou seja, durante este longo período de tempo, fulcral para o desenvolvimento da filha, a mãe não a procurou, demonstrando absoluto desinteresse pela filha.

Todo o tempo que a Catarina passou na instituição a mãe fez algumas, mas pouco consistentes, tentativas de ver a filha. Alegava que pretendia resolver e estabilizar a vida para receber a filha.

No entanto, a mãe vive há já cerca de 6 anos com o mesmo companheiro e com a filha do casal, sendo que ambos trabalham. Beneficiando de alguma estabilidade não procurou integrar a filha no seu agregado familiar. Não procurou nunca tirar a filha do agregado familiar do pai, sabendo, por nele ter vivido, o tipo de ambiente e condições que lhe eram proporcionadas.

O desinteresse revelado tem como consequência o facto da Catarina não reconhecer a mãe e não perguntar ou falar dela.

As pessoas que constituíam o agregado familiar onde a Catarina se encontrava tinham hábitos alcoólicos. Os conflitos eram permanentes.

Enquanto a Catarina viveu com o pai, este, por omissão e incapacidade pôs em perigo, de forma grave, a educação e a segurança da Catarina. Não assegurou o bem-estar físico e psicológico da filha, impedindo que se desenvolvesse de forma equilibrada, segura e feliz.

Desde que a filha foi institucionalizada o pai visitou-a de forma irregular e espaçada acabando por deixar de a visitar ou telefonar no início do ano de 2007.

O pai continua a viver com a mãe o padrasto e os irmãos. Continua a não reunir condições para acolher a Catarina.

O pai não tem um emprego fixo.

Devido a toda a situação familiar da Catarina foi decidido pelo Tribunal de Menores que o seu projecto de vida passa obrigatoriamente pela adopção.

História da Família Adoptiva

A Filomena tem 51 anos é filha única e reside no mesmo prédio dos pais, passando bastante tempo com estes. Recorda uma infância difícil passada na companhia da mãe que estava sempre doente, com depressão e vertigens e do pai que descreve como introvertido.

A madrinha da Filomena foi uma figura importante na sua vida, sendo grande fonte de suporte e uma pessoa de quem gostava muito, tendo falecido há 20 anos.

Toda a sua família reside em Coimbra menos os pais que residem (praticamente com ela) em Lisboa.

Refere ter tido vários relacionamentos afectivos que acabaram por não resultar, nunca tentou ser mãe por causa do mioma que teve ao qual foi operada resultando na remoção do útero.

É licenciada em economia e desempenha actualmente um papel de chefia numa empresa. Gosta de conviver com amigos e com os seus pais, com os quais viaja nas férias.

Não tem experiência educativa mas salientou que quando passava férias com os filhos dos primos teve muito contacto com crianças.

Refere que tem noção das histórias de vida das crianças em situação de adoptabilidade e por isso gostaria de receber uma criança mais pequena.

A Filomena manteve ao longo da entrevista uma postura adequada embora um pouco defensiva. Manifesta ser uma pessoa mais funcional e menos emotiva.

Pediu uma menina até os 9 anos de idade ou um menino até aos 5 anos de idade, de raça branca ou mestiça. Mostrou-se disponível para receber irmãos. Aceitou-se a candidatura com a intenção de não serem propostos irmãos.

Revelou uma motivação adequada e apresentou todas as condições afectivas e materiais para adoptar uma criança, tem estabilidade financeira e profissional, bons modelos parentais interiorizados, de modo a poder proporcionar um bom desenvolvimento sócio-afectivo.

Anexo 5- Catarina- Teste “era uma vez...”

“Era uma vez...”

Análise e interpretação das respostas

Antes de interpretar os resultados da prova, é de salientar que a Catarina, à medida que decorria a aplicação da prova, foi ficando cada vez mais saturada e impaciente. Além disso, de modo a elaborar melhor a ansiedade que lhe suscitavam as situações apresentadas, tentou controlar no que lhe era permitido a aplicação da prova.

CARTÃO I – Representa uma situação em que uma criança, ao passear com a mãe fica perdida. Sendo assim, é um cartão que evoca ansiedade de separação e que pretende avaliar o modo como a criança lida com o medo de abandono e/ou certeza da consistência da presença da mãe, enquanto figura interna securizante.

História criada pela Catarina:

“ E depois apareceu o segurança e a menina perguntou: “Oh segurança pode dizer onde foi a mãe?” E ele disse venha seguir-me e ela encontrou a mãe e deu um abraço. Apareceu a fada e disse “já encontraste a mãe?” “já minha fadinha” e no fim pôs as asinhas, a fadinha deu asinhas para voar para casa dela.”

Categoria das cenas escolhidas:

Cena de Realidade

Cena de Fantasia

Cena de Fantasia

A Catarina, compreendeu de imediato a situação que o cartão apresenta, começou a ficar agitada e ansiosa, sendo visível que o que estava representado no cartão a perturbava. Para controlar a sua ansiedade, optou por responder rapidamente, como num impulso.

Quanto às cenas que escolhe, a Catarina reconhece uma opção adaptada à realidade e perante a situação do cartão, recorre primeiramente a uma estratégia de acção para resolver a situação crítica apresentada.

Tende a terminar a história com cenas de fantasia, que representam situações em que a personagem encontra, na fantasia, uma forma de aliviar tensão. A sua verbalização mostra que lida bem com a separação e encontra recursos adaptativos para resolver a situação.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Catarina para lidar com ansiedade de separação solícita de forma tranquila a ajuda de uma figura masculina adulta.

A ajuda é concedida positivamente e o encontro com a mãe traz grande satisfação expressa no abraço. A separação aparentemente não causou angústia, e o encontro foi celebrado com alegria. Parece haver a necessidade de encontrar um final harmonioso, mesmo antes de se ter mostrado o cartão final, existindo o desejo de pontuar com um final feliz recorrendo a uma fadinha que a protege e assegura o seu mágico regresso a casa.

Apesar da ansiedade inicial, a Catarina consegue elaborar a ansiedade que a situação expressa no cartão lhe evoca. Ou seja, a certeza da consistência da presença da mãe adoptiva, enquanto figura interna securizante, começa a existir.

CARTÃO II – Representa uma situação em que a personagem está doente e necessita de cuidados médicos. Sendo assim, é um cartão que confronta a criança com ansiedades despertadas pelo medo da perda da integridade física, ou até mesmo da vida e medo do sofrimento psíquico. A experiência de ser cuidado e tratado corresponde, por vezes a uma situação de maior proximidade com os pais, o que poderá constituir uma compensação para aquela vivência.

História criada pela Catarina:

“Tadinha! Quando ficou doente foi para o hospital, apareceu o pai e deu uma prenda. A mãe disse para ela comer e ponto final.”

Categoria das cenas escolhidas:

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

Cena de Realidade

A Catarina, logo à partida, reage ao cartão verbalizando de imediato e manifestando o impacto que a situação tem para si.

Quanto às cenas escolhidas, a Catarina começa por reconhecer/expressar a sua ansiedade, optando pela escolha de um cartão que representa contextos ligados a emoções dolorosas. Apesar de responder com ansiedade trata-se de uma resposta adequada para a situação, não nega a sua aflição e procura resolvê-la através da fantasia.

A função da fantasia servirá para compensar a aflição muito intensa que foi desencadeada, mas é uma passagem muito abrupta. Consegue acabar recorrendo a uma estratégia adaptada à realidade, mostrando simplesmente a evidência da aceitação da realidade.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Catarina toca a angústia de forma muito intensiva e verbaliza-a, não tem a ideia de uma doença simples, o que é comum nas crianças, mas uma necessidade de internamento hospitalar e de uma doença que pode ser causa de morte. Contudo, face a esta situação angustiante aparece de forma fantasiada um pai que oferece uma prenda de forma compensatória pela sua doença.

Como no cartão anterior, a figura masculina aparece valorizada, quer seja, pela capacidade de ajuda ou de reconforto. A mãe surge, em segundo lugar, associada ao alimento mas de certa forma funcional, “disse para comer e pronto”. A função de cuidados básicos, está presente, mas os afectos associados a esses cuidados parecem estar dissociados.

Pensando na história de vida passada e actual, perante esta presença masculina podemos colocar a hipótese no desejo da presença de um pai. A mãe adoptiva, parece começar a existir como figura interna securizante mas a sua presença é ainda funcional e desnutrida de afecto.

CARTÃO III – Episódio que retrata um passeio da personagem à praia, com os pais, e a expectativa de poder brincar com outras crianças. Sendo assim, é um cartão que representa um acontecimento agradável e prazeroso, mas que pode suscitar ansiedade. A análise da reacção da criança à possibilidade de convívio com os pares, permite esclarecer se, para ela, este convívio representa uma situação agradável ou é vivido como ameaçador.

História criada pela Catarina:

“A menina fez um castelo, foi andar de barco, sei lá o que isto é um barco parecido e o peixe saltou para ter comida.”

Categoria das cenas escolhidas:

Cena de Realidade

Cena de Fantasia

Cena de Fantasia

A Catarina não parece ter ficado perturbada com a situação apresentada no cartão. Contudo, é visível que opta por ignorar a presença dos pares evitando inseri-los nas suas escolhas ou história.

Quanto às cenas que escolhe, a Catarina começa por aceitar a realidade, dando uma resposta adequada e adaptada. Seguidamente, recorre a cenas de fantasia como forma de aliviar a tensão de entrar em contacto e convívio com os pares.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Catarina confronta-nos com a ausência dos pares na sua narrativa, que parece ser marcada por acontecimentos prazerosos que apenas a incluem a si. Esta história parece falar-nos nas dificuldades na relação com as outras crianças da sua idade. Poderíamos colocar duas hipóteses que vão de encontro com a sua história pessoal: a relação de competição com as outras crianças em função das suas carências afectivas (característica típica de crianças abandonadas), e, a não representação interna da sua aceitação pelas outras crianças associada à sua necessidade de ser o centro de atenção de acordo com as suas inseguranças.

CARTÃO IV – Neste episódio, é representada uma situação em que a personagem acorda a meio da noite com um pesadelo. O medo do escuro, os terrores nocturnos e os pesadelos constituem experiências ansiogénicas comuns no desenvolvimento infantil. Não obstante, a sua persistência, frequência e intensidade da ansiedade associada a estes episódios, chamam a atenção para uma eventual perturbação.

História criada pela Catarina:

“Foi acordar os pais e estavam-se a beijar, uma já está, depois ela pôs em chinês as pernas e matou o lobo”

Categoria das cenas escolhidas:

Cena de Aflição

Cena de Realidade

Cena de Fantasia

A Catarina parece ter ficado muito perturbada pela situação representada no cartão. Ri-se de forma ansiosa, e revela a sua aflição perante um situação que nos fala não só do seu pesadelo como do que viu no quarto dos pais.

Quanto às cenas que escolhe, a Catarina começa por reconhecer/expressar a sua ansiedade perante a situação do cartão. No entanto, em seguida, consegue arranjar uma solução adaptativa e defensiva, como forma de aliviar a tensão. Mas a situação é demasiado desconcertante, perante o que está a acontecer apenas consegue refugiar-se na fantasia para combater o que sente.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Catarina perante a situação ansiogénica coloca a personagem a pedir apoio aos pais. No entanto, os pais não a podem ajudar pois “estavam-se a beijar”, e confronta-se, assim, com a cena primitiva da qual só pode ser excluída. Mas o que presencia é angustiante e a fantasia surge como uma solução onnipotente. Através dos seus recursos pessoais enfrenta a ansiedade sozinha de forma agressiva e maníaca. Pode-se por hipótese, que o “matar o lobo” seja relacionado com a relação sexual dos pais que presencia e precisa destruir. As suas pernas “em chinês” fazem pensar na necessidade de oferecer um bloqueio, um entrave, simbolicamente para o lobo que acaba por ser morto, não entrar.

CARTÃO V – Representa o dia de aniversário e pretende evocar uma experiência prazerosa. Para uma criança, este dia pode ser vivido como uma renovação e um recomeço, em que os presentes recebidos significam uma compensação para as dádivas de amor que desejam e não obtêm, ou não obtêm da forma desejada. Pelo contrário, não receber presentes poderá significar para a criança um castigo pelos seus impulsos agressivos e libidinais. Se a culpabilidade for demasiado intensa, o medo da decepção poderá levar à total supressão dos desejos, de forma que os presentes deixarão de lhe proporcionar verdadeiro prazer.

História criada pela Catarina:

“Era uma vez, escreveste? Deram um carro que partiu a roda, apareceram todas à volta dela e deram um nenuco “oh não, tenho tantas prendas”, fui rápida não fui?”

Categoria das cenas escolhidas

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

Cena de Fantasia

A Catarina, quando compreende a situação apresentada, começa a ficar um pouco ansiosa, agitada e impaciente, sendo óbvio que o que estava representado no cartão, a perturbava.

Quanto às cenas que escolhe, a Catarina começa por reconhecer/expressar a sua ansiedade recorrendo a uma situação aflitiva e de destruição. De forma a continuar a combater toda a sua ansiedade, utiliza a fantasia para terminar a sua história.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Catarina perante a situação fica perturbada e tenta ganhar tempo para se organizar, recorrendo ao início das histórias infantis na tentativa de afastar aquele conteúdo da sua própria história.

Não conseguindo, acabando por se envolver, manifesta uma atitude maníaca recorrendo à presença de “todos à sua volta” para oferecer “oh (...) tantas prendas”.

A Catarina, logo à partida, precisa de colmatar o seu medo de decepção através da quantidade de prendas que recebe, ainda que, a primeira seja aquela que sempre recebeu. Uma prenda destruída, como o afecto e cuidados insuficientes e angustiantes que marcaram a sua

infância. O medo de não receber o afecto e o apoio emocional, de que carência, parece estar representado na presença exagerada de todas as pessoas e prendas. Ponho em hipótese, que o nenuco que recebe, se torna no bebé que ela sente ser perante a situação.

CARTÃO VI – Retrata um episódio de discussão entre os pais, na presença da criança. Aqui o acontecimento ansiogénico resulta do comportamento dos adultos de quem a criança depende. A ansiedade resulta do conflito entre o medo e o desejo da separação do casal. Ao elaborar esta situação, espera-se que a criança revele a natureza da sua relação face aos pais, enquanto casal, num equilíbrio entre a proximidade em relação a cada uma das figuras parentais e a possibilidade de assumir a sua autonomia e, conseqüentemente, alguma distância em relação aos conflitos dos pais.

História criada pela Catarina:

“Ela fugiu para casa ver t.v... e depois “oh meus lindos burros, eu estou aqui”. E ela foi passear com o carro. Ponto já está no final: Recebeu um avião e ficou contente.”

Categoria das cenas escolhidas

Cena de Fantasia

Cena de Realidade

Cena de Fantasia

A Catarina, mal compreendeu a situação que o cartão representa, começou a ficar ansiosa, impaciente, agitada, zangada e até agressiva, sendo óbvio que o que estava representado no cartão a perturbava bastante.

Quanto às cenas que escolhe, a Catarina começa por encontrar, na fantasia, uma forma de aliviar a tensão, de forma a negar a enorme ansiedade que sente.

Seguidamente, confronta-se com a realidade dolorosa escolhendo uma cena adaptativa, para terminar com recurso à fantasia mágica.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Catarina confrontada com a situação da discussão dos pais, precisa de fugir para combater a sua angústia. A sua chamada de atenção é

clara, “oh meus lindos burros”, que discutem perante uma criança ignorando-a, muito possivelmente, como a experiência com os seus pais biológicos, pautada pela violência e agressão. Mas não importa o seu apelo, que nunca foi ouvido, a Catarina tem que sair de casa de carro (como um adulto) e crescer à força sem o apoio dos seus pais.

Mas a situação, é demasiado frustrante e ansiogénica, a Catarina precisa de terminar esta história de forma positiva, refugiando-se na fantasia como um mecanismo de defesa pela fantasia mágica.

CARTÃO VII – Representa uma situação de aprendizagem escolar em que todas as crianças da aula sabem responder a uma pergunta da professora e a personagem não sabe. Este cartão pretende esclarecer o modo como a criança lida com as dificuldades em que todas as crianças – em maior ou menor grau – se deparam ao longo do seu percurso escolar. O facto da personagem estar em dificuldades e isso ser presenciado por todos os colegas pode ser vivido, por algumas crianças, como uma intensa desvalorização e perda de auto-estima.

História criada pela Catarina:

Comentário: “não sei, não escolho nenhuma”

“Ela disse (representa abrindo os braços) não sei! Ela foi andar nas bolinhas ou como estas porcarias se chamam, e depois armou-se em boa. Ela também não sabe nada, dois mais dois são quatro, burra! Pergunta lá eu respondo. No final a professora ajudou e ficou muito contente.”

Categoria das cenas escolhidas

Cena de Realidade

Cena de Fantasia

Cena de Aflição

A Catarina reconhece a problemática inerente ao cartão e revela a sua ansiedade verbalizando que não sabe, tentando fugir desta situação.

Quanto às cenas escolhidas, a Catarina começa por mostrar que aceita a realidade penosa apresentada no cartão, optando por um cartão adaptativo. Seguidamente, deixa de a suportar e, portanto, exprime a grande ansiedade que sente perante a temática da escola. Recorre à fantasia para de seguida terminar em aflição, tal como sente as dificuldades que a escola representa.

Quanto ao conteúdo da história que conta, a Catarina manifesta de forma agressiva o que sente perante a situação, como se se identificasse com a rapariga do cartão. Neste sentido, desvaloriza/insulta a personagem do cartão e necessita de mostrar que ela sabe e não é “burra”. Contudo, as suas dificuldades escolares são grandes, e a reacção ao cartão parece revelar a sua reacção à dificuldade da personagem, e assim, às suas próprias dificuldades. Tem a necessidade de terminar a história de forma positiva mas contradiz-se ao escolher uma cena aflitiva, revelando o que sente.

Assim, parece ter poucas capacidades, para lidar, de uma forma adequada com a realidade, com as dificuldades em que todas as crianças (em maior ou menor grau) se deparam ao longo do seu percurso escolar.

Nome dado à personagem: Filipa **Quem é?** Uma da escola.

História que mais gostou: Nenhuma, sei lá eu...

História que menos gostou: A da escola. **Porquê?** Era burra.

É de salientar que, a Catarina termina a prova de forma muito ansiosa, impaciente e até mesmo zangada por eu não desistir da sua aplicação. Face ao meu pedido, para inventar uma história a partir do último cartão, a Catarina recusa-se afirmando que, não sabe nenhuma.

Anexo 7- Contextualização do caso Joana

História de Vida / História Familiar

Joana é uma criança muito inteligente, sensível e ansiosa. Quando nasceu a sua mãe tinha 24 anos.

Joana faz parte de uma fratria de 4 irmãos, filhos da mesma mãe, mas cada um com pai diferente, sendo que Sérgio, outrora casado com Sandra, diz não ser pai de nenhum deles, nem sequer de Joana, que perfilhou. Dois dos irmãos de Joana encontram-se entregues aos cuidados de cada um dos respectivos progenitores e o outro foi confiado para adopção **(ambiente familiar desestruturante e com falta de valores necessários ao desenvolvimento harmonioso, tais como responsabilidade e coerência)**

Até Agosto de 2006, a Joana viveu com a mãe, Sandra e um companheiro desta, nunca sendo procurada pelo respectivo progenitor **(desinteresse do pai biológico em prestar os cuidados necessários à menor)**. A menor foi retirada dos cuidados maternos aquando de um episódio de violência física entre a progenitora e o seu actual companheiro, onde a mesma ameaçou matar a Joana e de seguida suicidar-se, sendo a autoridade policial obrigada a intervir a fim de evitar danos maiores **(ambiente familiar pautado por maus-tratos físicos e psicológicos)** Foi, então, acordado a inserção da menor numa instituição de acolhimento temporário por um período de 6 meses, durante o qual, a mãe da menor e o seu companheiro melhorariam as condições de higiene da residência e a progenitora visitaria a Joana, pelo menos, duas vezes por semana, que não cumpriu. Actualmente, a mãe de Joana encontra-se desempregada e a sua habitação continua pautada pelo desleixo no que se refere a limpeza e arrumação.

Em Julho de 2007 foi realizada uma conferência com vista a uma decisão negociada de prorrogação da medida aplicada à menor. Não foi possível obter acordo quanto à aplicação de qualquer medida à menor devido à pretensão da progenitora em que a menor volte a integrar o seu agregado familiar, abandonando a instituição. O pai biológico da menor afirmou ser-lhe indiferente que a esta fosse confiada à mãe ou a uma instituição com vista a futura adopção **(diligência total da actividade paternal)**

A mãe de Joana era negligente quanto à alimentação e higiene pessoal da menor. Consta-se que, à idade de 4 anos, Joana fazia algumas tarefas domésticas em casa, como passar a ferro. Sandra, mãe da menor, num período de cerca de 9 anos teve, pelo menos, seis relacionamentos afectivos com diferentes homens, com quem viveu em união de facto durante

algum tempo (**remete para relacionamentos instáveis e superficiais**) O relacionamento actual da mãe da menor com o seu actual companheiro, João, é bastante instável.

Durante o tempo em que esteve inserida na instituição, as visitas feitas pela mãe a Joana eram muito irregulares e pouco frequentes, tendo a duração de cada uma, cerca de 30/40 minutos, apesar de a instituição permitir que as mesmas decorressem pelo período de 60 minutos. Após as visitas da mãe, Joana despedia-se e não chorava (**desinteresse em cumprir com as suas funções parentais**). **O facto das visitas feitas à menor não serem regulares, criou em Joana um sentimento de “conformação” e adaptação à situação, conduzindo a comportamentos de agressão por parte desta com terceiros, bem como a uma baixa tolerância à frustração e a uma grande instabilidade emocional.** Nem mesmo a hipótese de adopção alterou a conduta da mãe de Joana, continuando a revelar desinteresse nas visitas à menor. Este desinteresse concretizou-se no quebrar das ligações afectivas com a Joana, que estabeleceu contactos emocionais mais fortes (**vinculação indiferenciada**) (adultos de referência) com pessoas da instituição do que com os pais (**necessidade de se ligar a outro pois a sua prestadora de cuidados não o faz, reacção face à frustração**)

Não existia um laço afectivo mãe/filha entre a Joana e a sua mãe, **sendo clara a carência afectiva da menor.** Não só não existia essa ligação afectiva, como não havia interesse em estabelecê-la, apesar de um discurso da parte da mãe da menor afirmando o contrário. Evidência da falta de ligação afectiva entre a Joana e a sua mãe foi o facto da mesma se ter inserido na instituição, tendo até se desenvolvido em termos de personalidade e capacidades cognitivas.

O companheiro da mãe de Joana disse aceitar Joana e o seu regresso ao seio daquela que ele diz ser a sua família, estando disposto a proporcionar-lhe económica e pessoalmente tudo o que a Joana necessitasse.

História da Família adoptiva

A Maria tem 44 anos e pertence a uma família numerosa. São 7 irmãos e os pais separaram-se quando o último dos irmãos saiu de casa. Recorda uma infância feliz na companhia dos pais e irmãos relacionando-se melhor com o pai. Tem o 11º ano de escolaridade e trabalhou em várias áreas diferentes. Actualmente, mantém um negócio em sociedade com uma irmã.

Disse ter bastante contacto com crianças, nomeadamente, os seus 14 sobrinhos. Define-se como uma pessoa “despojada das coisas”, teimosa, sonhadora e pouco ambiciosa.

Manuel tem 41 anos e faz parte de uma fratria de 2 irmãos. Diz que sempre foi muito protegido principalmente pela mãe. Refere uma infância normal e que na adolescência tinha tendência para o isolamento e fases depressivas. Licenciado em direito, actualmente trabalha num banco. Diz não se sentir realizado profissionalmente, mas nada faz para alterar esse facto.

Define-se como uma pessoa muito conservadora, ambiciosa, apática e complexada. Maria considera Manuel “uma pessoa com muitos medos e preguiça mental, preferindo não tentar mudar para não dar errado”. O Manuel demonstra ter uma relação algo maternal com a esposa. A comunicação entre os dois nem sempre é fácil pois têm posições e modos de estar na vida mesmo antagónicos até nas pequenas coisas.

O casal está casado desde 1997 e optou pela adopção devido a Maria, apesar de poder ser mãe biológica, não querer ter filhos biológicos. Afirmo não ter “essa necessidade”.

Manuel demonstrou pouca motivação para a adopção, face ao seu desejo de ter um filho biológico. Mostrou-se, contudo, “conformado” com a decisão da esposa.

Nas avaliações realizadas no Serviço de Adopções e no domicílio, em relação ao pedido de adopção, não havia, por parte do casal, consenso quanto à caracterização da criança pretendida. Maria desejava uma criança, preferencialmente, do sexo feminino e de raça negra, com idade até 5 anos e mostrou-se disponível para receber irmãos, especialmente, gémeos. Manuel demonstrou preferência por um bebé de raça branca por, segundo ele, ter “mais afinidade com bebés”, mas limitou a idade da criança até 4 anos. Quando questionado sobre a disponibilidade de receber irmãos, respondeu: “Depende”.

Na avaliação concludente, feita pelas técnicas do serviço, quer psicóloga quer assistente social, ambos desejavam um recém-nascido, cor indiferente, sexo feminino e saudável. Concluem que demonstraram uma motivação adequada. O desejo de serem pais prende-se com o facto de “dar um lar a quem não tem.”

Anexo 8- Teste “era uma vez...”

“Era uma vez...”

Análise e interpretação das respostas

CARTÃO I – Representa uma situação em que uma criança, ao passear com a mãe fica perdida. Sendo assim, é um cartão que evoca ansiedade de separação e que pretende avaliar o modo como a criança lida com o medo de abandono e/ou certeza da consistência da presença da mãe, enquanto figura interna securizante.

História criada pela Joana:

É muito fácil! Começa a chorar, a gritar e a chorar outra vez.

Categorias das cenas escolhidas:

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

Cena de Aflição

A Joana compreendeu a situação que o cartão apresenta. Quanto aos aspectos do conteúdo salienta-se uma idealização de ajuda onnipotente e a intensidade de aflição subsequente. Elabora um enredo mostrando facilidade na expressão verbal. Ao analisar as cenas escolhidas, verifica-se que a Joana tenta não se confrontar com a emoção ansiosa, procurando soluções do plano da fantasia, adoptando posturas maníacas. Esta solução não se revela consistente, uma vez que no final, coloca a personagem numa aflição mais intensa sem mesmo haver um final que demonstre que a Joana tenha conseguido elaborar a ansiedade que a situação expressa no cartão lhe evoca. O que remete para a não consistência da presença da mãe adoptiva, enquanto figura interna securizante. De um modo geral, a Joana lida com dificuldade com a ansiedade de separação, procurando negá-la num primeiro momento “é muito fácil!”, recorrendo à onnipotência e mostrando como é angustiante ficar sozinha e desamparada.

CARTÃO II – Representa uma situação em que a personagem está doente e necessita de cuidados médicos. Sendo assim, é um cartão que confronta a criança com ansiedades despertadas pelo medo da perda da integridade física, ou até mesmo da vida e medo do sofrimento psíquico. A experiência de ser cuidado e tratado corresponde, por vezes a uma situação de maior proximidade com os pais, o que poderá constituir uma compensação para aquela vivência

História criada pela Joana:

Depois estava na cama e veio o pai e como já estava boa, sonhou que ela era um super-herói.

Categorias das cenas escolhidas:

Cena de Realidade

Cena de Fantasia

Cena de Fantasia

Neste cartão, observa-se a necessidade de uma solução mágica de se tornar numa figura onnipotente, “um super-herói”, transformando a figura masculina como incapaz na compensação daquela vivência. Neste sentido, a angustia de morte e a imediata defesa através da onnipotência traduzem a intensidade das consequências psicológicas do acontecimento traumático vivido pela Joana.

CARTÃO III – Episódio que retrata um passeio da personagem à praia, com os pais, e a expectativa de poder brincar com outras crianças. Sendo assim, é um cartão que representa um acontecimento agradável e prazeroso, mas que pode suscitar ansiedade. A análise da reacção da criança à possibilidade de convívio com os pares, permite esclarecer se, para ela, este convívio representa uma situação agradável ou é vivido como ameaçador.

História criada pela Joana:

Disse assim: vamos fazer um acordo? Quem consegue apanhar um peixe? E a menina apanhou.

Categorias das cenas escolhidas:

Cena de Fantasia

Cena de Realidade

Cena de Aflição

É notório neste cartão o desejo de conviver com pares, no entanto ressalta a necessidade de se sentir aceite pelos outros, o que revela insegurança na relação com o outro e carência de afecto, uma vez que revela a necessidade de ser o centro das atenções. Ao contar a história não desencadeia ansiedade, o que traduz o seu desejo e a sua disponibilidade para receber atenções gratificantes e afectos compensatórios, os quais se mostraram a longo prazo na convivência com a sua família adoptiva, ao mostrar se reparadora do seu vivido traumático.

CARTÃO IV – Neste episódio, é representada uma situação em que a personagem acorda a meio da noite com um pesadelo. O medo do escuro, os terrores nocturnos e os pesadelos constituem experiências ansiogénicas comuns no desenvolvimento infantil. Não obstante, a sua persistência, frequência e intensidade da ansiedade associada a estes episódios, chamam a atenção para uma eventual perturbação

História criada pela Joana:

Estava deitada muito bem, então pegou numa pistola e matou o mau.

Categorias das Cenas escolhidas:

Cena de Realidade

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

A Joana não recorre a uma figura securizante e refugia-se numa fantasia mágica. Mais uma vez não revela confiança na eficácia da ajuda do outro e fica sozinha. Neste sentido, através dos seus recursos pessoais confronta-se com a ansiedade sozinha de uma forma agressiva e maníaca.

CARTÃO V – Representa o dia de aniversário e pretende evocar uma experiência prazerosa. Para uma criança, este dia pode ser vivido como uma renovação e um recomeço, em que os presentes recebidos significam uma compensação para as dídivas de amor que desejam e não obtêm, ou não obtêm da forma desejada. Pelo contrário, não receber presentes poderá significar para a criança um castigo pelos seus impulsos agressivos e libidinais. Se a culpabilidade for demasiado intensa, o medo da decepção poderá levar à total supressão dos desejos, de forma que os

História criada pela Joana:

A menina soprou as velas, foi ver as prendas e eram muitas. E ficou contente.

Categorias das Cenas escolhidas:

Cena de Fantasia

Cena de Fantasia

Cena de Realidade

Perante as cenas escolhidas e a história, a Joana revela um intenso e imediato desejo de gratificações. Revela um sentimento de confiança o que constitui um sinal de disponibilidade para receber afecto e o apoio emocional de que necessita.

CARTÃO VI – Retrata um episódio de discussão entre os pais, na presença da criança. Aqui o acontecimento ansiogénico resulta do comportamento dos adultos de quem a criança depende. A ansiedade resulta do conflito entre o medo e o desejo da separação do casal. Ao elaborar esta situação, espera-se que a criança revele a natureza da sua relação face aos pais, enquanto casal, num equilíbrio entre a proximidade em relação a cada uma das figuras parentais e a possibilidade de assumir a sua autonomia e, conseqüentemente, alguma distância em relação aos conflitos dos pais.

História criada pela Joana:

Parem! Chorou e depois ficou contente.

Categorias das Cenas escolhidas:

Cena de Aflição

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

Mais uma vez, a Joana revela dificuldade em lidar com a situação proposta, adoptando uma postura activa e sedutora para tentar resolver o conflito. No decorrer da história não mobiliza aspectos reais para a solução do conflito, tornando-se este de um momento para o outro solucionado. A Joana utiliza um mecanismo de fuga pela fantasia, para que tudo fique bem, sem pensar muito na situação ansiogénica.

CARTÃO VII – Representa uma situação de aprendizagem escolar em que todas as crianças da aula sabem responder a uma pergunta da professora e a personagem não sabe. Este cartão pretende esclarecer o modo como a criança lida com as dificuldades em que todas as crianças – em maior ou menor grau – se deparam ao longo do seu percurso escolar. O facto da personagem estar em dificuldades e isso ser presenciado por todos os colegas pode ser vivido, por algumas crianças, como uma intensa desvalorização e perda de auto-estima.

História criada pela Joana:

A menina começou a chorar, depois fez palhaçadas e depois estava aflita para fazer xixi.

Categorias das Cenas escolhidas:

Cena de Aflição

Cena de Fantasia

Cena de aflição

A Joana não se mostrou mais uma vez, capaz de elaborar a situação ansiogénica. Face às exigências da aprendizagem não surge qualquer sinal de que a Joana tenha confiança nas suas capacidades para enfrentar dificuldades, mas somente um desejo de fuga dessa situação, vivida como ameaçadora.

Nome dado à personagem: Mariana **Quem é?** Uma amiga

História que mais gostou: A do passeio **Porquê?** Porque é giro passear

História que menos gostou: A que a menina está doente **Porquê?** Não é bom estar doente.

História inventada: não quis contar

Total de Positivos fortes	15						x		
	16			x					
	17			x	x	x	x	x	x
Total de Negativos leves	20					x			
	21					x			
	22					x			
	23						x		
	24	x							
	25						x		
	26					x			
	27					x			
	28					x			
	29					x			
Total de Negativos fortes						Idade	Outros		
		N	E	Pa	Mã	1	1	2	3
		u		i	e				
	30	x							
	31	x							
	32	x							
	33					x			
	34	x							
	35	x							
	36					x			
37					x				
Sentimentos para o interior	40						x	x	x
	41			x	x		x	x	x
	42			x	x	x	x	x	x
	43			x	x	x	x	x	x
	44			x	x	x	x	x	x
	45						x		
	46			x	x	x	x	x	x
	47			x	x	x	x	x	x

Total de Positivos leves									
Total de Positivos fortes	50			x	x	x	x	x	x
	51			x	x	x	x	x	x
	52			x	x	x	x	x	x
	53							x	x
	54			x					
	55							x	
	56								x
	57							x	x
Total de Negativos leves	60			x					
	61					x			
	62					x			
	63					x			
	64					x			
	65	x							
	66								
	67			x	x				
Total Negativos fortes	70	N	E	Pa	Mã	Idade	Outros		
						1	1	2	3
		x							
	71	x							
	72	x							
	73	x							
	74	x							
	75					x			
	76							x	
	77	x							
Sentimentos de Super-Protecção e Indulgência	80		x						
	81						x		
	82		x			x	x		
	83						x		
	84						x		

